

Resenha crítica do livro 'Eu e o Pai Somos Um'

Alberto R. Timm, Ph.D.¹

Resumo: O presente artigo provê uma resenha crítica do livro antitrinitariano “Eu e o Pai Somos Um”, 2ª ed. (São Paulo: Ministério Bíblico Cristão, 2004), de autoria de Ricardo Nicotra. Após a menção de alguns antecedentes históricos, o artigo analisa criticamente a referida obra da perspectiva da relevância do tema abordado, do uso de fontes bibliográficas, das pressuposições do autor, dos recursos retóricos empregados, dos princípios de interpretação sugeridos e das interpretações pessoais do autor. Entre as interpretações pessoais analisadas se encontram a preservação das Escrituras, o conceito bíblico de mistério, a teoria da “Bindade”, o Filho gerado, a emanção do Espírito divino, o *parákletos* divino, o trono do Espírito Santo e a autenticidade de Mateus 28:19.

Introdução

Muitos cristãos preferem hoje acreditar em um Deus mais imanente e explicável, recriado à própria imagem e semelhança humanas, do que no Deus transcendente e infinito, como revelado nas Escrituras (Rm 11:33). A própria essência da religião cristã tem sido desafiada por diferentes teorias que questionam a doutrina bíblica da Trindade e tentam redefinir a natureza de Deus. Várias dessas teorias são analisadas criticamente na obra *God under Fire: Modern Scholarship Reinvents God* (2002), editada por Douglas S. Huffman e Eric L. Johnson.² Lamentavelmente, porém, desde a década de 1990 algumas dessas teorias vêm se infiltrando também em círculos adventistas cuja suposta crença na inspiração dos escritos de Ellen G. White parecia mantê-los imunes a elas.

Os dissidentes antitrinitarianos adventistas contemporâneos pretendem restaurar os ensinamentos antitrinitarianos dos pioneiros adventistas,³ mas diferem radicalmente deles no que diz respeito à confiabilidade nas Escrituras. Os pioneiros adventistas criam que os manuscritos originais da Bíblia e de Ellen G. White são plenamente confiáveis em todos os seus ensinamentos,⁴ pois Deus os preservou e ainda os preserva livres de interpolações heréticas, em suas línguas originais. Já os atuais antitrinitarianos não se constroem em questionar a integridade dos escritos inspirados, alegando que estes foram distorcidos pelo acréscimo de interpolações heréticas com o propósito de apoiar a doutrina supostamente “antibíblica” da Trindade. Se esse fosse o caso, então nem a Bíblia e nem os escritos de Ellen G. White poderiam ser considerados plenamente confiáveis.

Em resposta às alegações antitrinitarianas, a Review and Herald Publishing Association publicou em 2002 a obra de 288 páginas intitulada *The Trinity*, de autoria de Woodrow Whidden, Jerry Moon e John W. Reeve.⁵ O livro foi traduzido e lançado em língua portuguesa, pela Casa Publicadora Brasileira, sob o título *A Trindade* (2003).⁶ A obra ajudou muitas pessoas a entender melhor, não apenas as raízes históricas das discussões contemporâneas, mas também o embasamento da doutrina da Trindade na Bíblia e nos escritos de Ellen G. White. Mas a circulação desse livro acabou desafiando alguns antitrinitarianos brasileiros a publicar suas próprias idéias de maneira mais contundente e acusatória, tentando responder a alguns dos argumentos apresentados em *A Trindade* e desconsiderando a muitos outros.



Uma das publicações antitrinitarianas que apareceram no Brasil, após o lançamento de *A Trindade*, foi o livro de 108 páginas intitulado “*Eu e o Pai Somos Um*” (2004), de Ricardo Nicotra.⁷ O título aparece grafado entre aspas no original por ser uma expressão bíblica extraída de João 10:30. Publicado pelo assim chamado “Ministério Bíblico Cristão”, o livro foi impresso em Contenda, Paraná, na gráfica do Ministério 4 Anjos, ministério este que compartilha das mesmas idéias. Além disso, o livro foi também disponibilizado em alguns websites antitrinitarianos. Com um estilo simples, retórico e homilético, o conteúdo de “*Eu e o Pai Somos Um*” é de fácil compreensão e auto-elucidativo, podendo-se detectar com facilidade suas inconsistências. Mas diante de freqüentes solicitações de uma resposta mais detalhada ao conteúdo do livro, julgamos conveniente preparar e publicar a presente análise crítica.

É difícil avaliar precisamente quanto das idéias de “*Eu e o Pai Somos Um*” são de fato originais do autor. Mas, como o próprio livro identifica a Ricardo Nicotra como o seu autor, assumimos no presente estudo que todas as idéias não devidamente creditadas a outras fontes são de sua própria autoria ou, pelo menos, endossadas por ele. As páginas indicadas entre parênteses, ao longo do conteúdo básico do presente artigo, se referem sempre à paginação da 2ª edição do livro “*Eu e o Pai Somos Um*” em que as respectivas informações mencionadas podem ser encontradas.

Antecedentes históricos

Ricardo Nicotra, filho de João Nicotra e Maria Garcia Nicotra, nasceu no dia 28 de dezembro de 1972 em São Paulo, SP. Naquela cidade estudou Matemática (1989); graduou-se em Ciências da Computação (1990-1993); freqüentou por dois anos um curso de Administração de Empresas (1994-1995); concluiu um programa de MBA (2003-2004); e freqüentou ainda por um semestre a Faculdade de Direito (2005). Sua carreira profissional inclui passagens por algumas empresas multinacionais e instituições bancárias. Em setembro de 2005 mudou-se para Washington, DC, onde passou a exercer a função de Consultor de Sistemas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como filho de família adventista, Nicotra foi batizado na Igreja Adventista do Sétimo Dia do Ipiranga, São Paulo, em 4 de dezembro de 1982 pelo pastor Edgard da Silva Pereira. Naquela igreja, exerceu as funções de professor dos Juvenis, diretor de Jovens Adventistas, diretor de Ação Missionária e diretor da Escola Sabatina. Em setembro de 1993, passou a freqüentar o recém-formado grupo adventista de São João Clímaco, onde exerceu as funções de pianista do Coral e da congregação, bem como diretor e tesoureiro. Quando a congregação foi organizada como Igreja, Nicotra passou a ser um dos anciãos. A primeira sede do grupo era num imóvel alugado, e a sede própria só foi comprada em 1996. O valor pago pelo terreno e pelo prédio foi de aproximadamente R\$ 67.000,00. O caixa da Igreja dispôs de R\$ 25.000,00, a Associação Paulistana contribui com R\$ 5.000,00, o pastor Voltaire Cavalieri com aproximadamente R\$ 10.000,00 e o valor restante foi parcelado com notas promissórias. Nicotra pagou com recursos próprios as notas no valor de R\$ 10.000,00, e ao longo dos dois anos seguintes a igreja local reembolsou esse valor.

Insatisfeito com o valor doado pela Associação local, Ricardo pesquisou o *Livro de Praxes da Divisão Sul-Americana*⁹ e começou a questionar os relatórios financeiros da Associação local e a estrutura administrativa da igreja em geral, por meio de artigos na Internet e chats adventistas. Por causa das suas críticas, foram convocadas duas reuniões para tratar do assunto, uma na Igreja de São João Clímaco e outra na sede da Associação Paulistana. Na segunda reunião estiveram presentes os pastores Leonício Lisboa, departamental de Mordomia (hoje também chamado de Ministério da Fidelidade); Jetro Ferreira da Silva, secretário Ministerial; e Valter da Silva Araújo, pastor distrital. Nicotra solicitou um relatório simplificado das entradas e saídas da Associação, mas não foi atendido, o que gerou mais críticas de sua parte.



Entre 1998 e 1999, Nicotra fundou o Movimento de Obreiros Voluntários Adventistas (Mova) que arrecadava doações de membros da Igreja Adventista para financiar obreiros bíblicos. Ele canalizava o seu próprio dízimo para o referido movimento, que continuaria apenas até abril de 2000. O nome de Ricardo Nicotra foi removido do rol de membros da Igreja de São João Clímaco em 11 de dezembro de 1999, época em que Valter da Silva Araújo ainda era o pastor distrital. Nicotra ficou aguardando a comunicação por escrito da igreja sobre sua exclusão, mas isso não ocorreu. Ele solicitou então sua readmissão como membro, com direito a uma reunião plenária com a igreja local para expor sua defesa. Isso não lhe foi concedido, mas ele a continuou freqüentando até 2001.

Em 14 de julho de 2001 ele começou a freqüentar reuniões na casa de Mário Ângelo Fragnan, no Jardim Vera Cruz, São Paulo, com um grupo de aproximadamente 20 ex-membros da Igreja do Parque São Rafael, São Paulo. Em julho de 2003, esse novo grupo comprou um terreno para a construção de uma igreja e, em julho de 2004, começou a congregar no prédio ainda inacabado. Em 16 de julho de 2005 inauguraram a nave da nova igreja com capacidade para 100 pessoas, com o nome de "Igreja Cristã Bíblica Adventista", com sede no Jardim Vera Cruz. Em setembro de 2005 o grupo contava com aproximadamente 50 membros, mas a mudança de Nicotra para os Estados Unidos acabou enfraquecendo o grupo.

Em 2002, as idéias antitrinitarianas passaram a ser propagadas mais enfaticamente no Brasil pela Internet. No ano seguinte (2003), o grupo dissidente que já se reunia na casa do sr. Mário começou a discutir se deveria ou não tomar alguma posição sobre o assunto. No final daquele ano, Nicotra começou a pesquisar mais detidamente o tema, e passou a aceitar tais idéias. Já em 2004 ele publicou o livro "*Eu e o Pai Somos Um*", cujo conteúdo é o objeto básico da análise crítica provida no presente artigo.

Relevância do tema

O livro "*Eu e o Pai Somos Um*" reflete a compreensão de Ricardo Nicotra sobre Deus, com especial ênfase em sua interpretação do inter-relacionamento entre o "Pai" (pessoa), o "Filho" (pessoa) e o "Espírito Santo" (apenas espírito). Sem questionarmos ainda a validade dessa interpretação, podemos dizer que o tema sobre o qual o autor escolheu dissertar é de suprema relevância teológica, histórica e escatológica. Da perspectiva teológica, devemos reconhecer que o conhecimento experiencial de Deus é não apenas o mais importante conhecimento que seres humanos podem obter (Pv 9:10), mas também a própria condição para a vida eterna (Jo 17:3). No entanto, como um dos pilares da fé cristã, o assunto da natureza de Deus deve ser tratado com o máximo de reverência e de cuidado possíveis, permitindo que a razão e a lógica humana se curvem diante da revelação divina.

Já a importância histórica deriva do fato de este ter sido o tema central de muitos debates teológicos dos primeiros séculos da Era Cristã. O assunto mereceu atenção especial também dos adventistas do sétimo dia entre o final do século 19 e o início do século 20. A despeito de toda a literatura já produzida sobre o assunto, esta é, sem dúvida, uma questão cíclica que tem sido debatida em outros momentos da história cristã, e que ressurgiu em anos recentes também em alguns círculos adventistas. Como parte dos debates teológicos contemporâneos, o tema merece ser analisado em mais profundidade, de modo a prover respostas convincentes a todos aqueles que sincera e honestamente indagam a respeito da razão de nossa fé (cf. 1Pe 3:15).

Em face à relevância teológica e histórica da doutrina de Deus, é de se esperar que ela assumirá também uma importância escatológica nos conflitos finais entre a verdade e o erro, que se intensificarão antes da segunda vinda de Cristo (ver 1Tm 4:3, 4). A pergunta básica nesses conflitos é: Quem é digno de adoração? – a besta ou Deus (Ap 13:12; 14:7, 9-12)? Não é de surpreender, portanto, que nestes últimos dias



Satanás procurará confundir a mente dos “próprios eleitos” a respeito da natureza de Deus (cf. Mt 24:24). Além disso, como o assim chamado “alfa da apostasia” envolvia a negação da personalidade de Deus através da teoria panteísta de John H. Kellogg,¹⁰ não seria possível que o “ômega da apostasia”¹¹ representasse a negação da personalidade de pelo menos um dos membros da Divindade (neste caso a do Espírito Santo)? Não seria de se esperar que, numa época da história em que a Igreja mais precisa do poder do Espírito Santo por meio da “chuva serôdia” (Jr 5:24; Os 6:3; Jl 2:23), os poderes do mal tentariam levar as pessoas a questionar a própria personalidade do Espírito Santo a fim de neutralizar a Sua obra?

Seja como for, a doutrina de Deus é demasiadamente importante para ser considerada uma questão de mera “interpretação pessoal”, ou de “ponto de vista particular”, ou mesmo de “consciência individual”. Este assunto precisa ser bem compreendido pelos filhos de Deus, para não serem levados pelos assoladores vendáveis de falsas doutrinas que soprariam nos últimos dias (Ef 4:14). É com esta preocupação em mente que passamos a analisar criticamente o livro “*Eu e o Pai Somos Um*”.

Uso de fontes

Fundamental para se entender um livro controverso como o “*Eu e o Pai Somos Um*” é a identificação crítica das fontes bibliográficas usadas pelo autor. Essa identificação permite que se tenha uma noção mais precisa e acurada, não apenas do grau de atualização e familiaridade bibliográfica do autor, mas também das obras que ele reconhece como mais autoritativas e abalizadas na área. Deve-se reconhecer, no entanto, que alguns autores adventistas, mesmo crendo em Ellen G. White, evitam mencionar seus escritos ao público não adventista, a fim de minimizar preconceitos. Mas como o livro “*Eu e o Pai Somos Um*” tem circulado basicamente entre pessoas adventistas e ex-adventistas, cremos que essa precaução não se aplica a ele.

É provável que no processo de pesquisa, Nicotra tenha consultado outras fontes não mencionadas explicitamente em seu livro. Mas, além de diferentes versões do texto bíblico, o autor se limita a citar, quase que exclusivamente, obras de referência geral como o *Código de Processo Penal*¹² (p. 42); a *Encyclopaedia Britannica*, 11ª edição¹³ (p. 49); a *Encyclopaedia of Religions*, de M. A. Canney¹⁴ (p. 49); a *New International Encyclopaedia*¹⁵ (p. 49); a *Encyclo-paedia of Religion and Ethics*, editada por James Hastings¹⁶ (p. 49, 53); os comentários de rodapé da *Bíblia de Jerusalém*¹⁷ (p. 50); a *Gramática Elementar da Língua Hebraica*, de Hollenberg & Budde¹⁸ (p. 62); a enciclopédia *Wikipedia* da Internet¹⁹ (p. 87); e o *Catecismo do Católico de Hoje*²⁰ (p. 88-89). A única obra adventista mencionada é o livro *O Terceiro Milênio e as Profecias do Apocalipse*, de Alejandro Bullón²¹ (p. 50). Nicotra reconhece também como autoridades confiáveis, em suas respectivas áreas, o antigo historiador eclesiástico Eusébio de Cesaréia (p. 52-53)²²; um “estudioso inglês” chamado A. Ploughman (p. 53); e o teólogo George Howard, que é dito ter concluído o “seu Ph.D.” no Hebrew Union College (p. 54).

Ao tratar de um tema tão significativo como a natureza de Deus, seria de se esperar que Nicotra citasse pelo menos algumas obras clássicas de Teologia Sistemática²³ e outras mais específicas sobre a doutrina de Deus,²⁴ mas todas acabaram sendo desconsideradas. Nem mesmo aparecem quaisquer alusões a obras fundamentais da literatura adventista sobre o assunto como, por exemplo, os capítulos 2-5 do livro *Nisto Cremos* (disponível em língua portuguesa desde 1989)²⁵; o capítulo “Doctrine of God”, do livro *Handbook of Seventh-day Adventist Theology* (2000)²⁶; o



livro *Understanding the Trinity* (2001), de Max Hatton²⁷; e o próprio livro *A Trindade*,²⁸ já mencionado. É digno de nota que Nicotra também não cita uma única vez os escritos de Ellen G. White sobre o assunto.

Diante disso, alguns leitores de *“Eu e o Pai Somos Um”* poderão indagar: Desconhece o autor a literatura básica sobre a doutrina de Deus, ou seria ele suficientemente tendencioso a ponto de ignorá-la? E mais, estaria ele já tão distante do pensamento adventista contemporâneo que nem mais considera confiável a literatura denominacional, incluindo os escritos de Ellen G. White? É curioso observarmos que, ao mesmo tempo em que Nicotra tenta convencer seus leitores de que os teólogos adventistas não são confiáveis (p. 6, 68, 69), ele cita de forma elogiosa teólogos não-adventistas para justificar suas teorias (p. 54). Com isso, ele tenta distanciar seus leitores do pensamento teológico adventista.

Mas, além de desconhecer inúmeras fontes teológicas abalizadas, o autor de *“Eu e o Pai Somos Um”* também demonstra sérias inconsistências na forma como usou os próprios documentos históricos dos primeiros séculos da era cristã. Por exemplo, ao focalizar sua atenção tardiamente em Eusébio de Cesaréia como sugerindo que a expressão “batizando-os em nome do Pai e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28:19) não fazia parte do texto original de Mateus, Nicotra acabou ignorando vários outros documentos patrísticos anteriores, que comprovam a autenticidade da expressão. Lamentavelmente, Nicotra não informa seus leitores que a autenticidade dessa expressão de Mateus já havia sido confirmada anteriormente, por exemplo, pelo *Didaquê*, bem como por Clemente, o Pastor de Hermas, Irineu, Tertuliano de Cartago, Hipólito de Roma, e Orígenes de Alexandria.²⁹ Mas como tais informações não ajudam a construir o argumento de *“Eu e o Pai Somos Um”*, Nicotra preferiu continuar ignorando-as. Tendenciosa parcialidade no uso de fontes é evidente também na forma como Nicotra escolheu de Eusébio de Cesaréia apenas o que favorece a sua teoria antitrinitariana (ver pp. 52-53), desconhecendo completamente o que a contradiz. Por exemplo, em nenhum momento os leitores de *“Eu e o Pai Somos Um”* são informados a respeito da existência do Credo de Cesaréia, escrito por Eusébio e por ele apresentado diante do Concílio de Nicéia.³⁰ Nesse credo Eusébio não apenas nomeia explicitamente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, mas também confirma a autenticidade de Mateus 28:19:

Cremos em um Deus o Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um Senhor Jesus Cristo, o Verbo de Deus, Deus de Deus, Luz de Luz, Vida de Vida, e Filho unigênito, o primogênito de toda criação, gerado de Deus o Pai antes de todas as eras, por quem todas as coisas foram feitas; que pela nossa salvação foi feito carne e habitou entre os homens; e sofreu; e ressuscitou no terceiro dia; e ascendeu ao Pai; e virá outra vez em glória, para julgar vivos e mortos.

[Cremos] também em um Espírito Santo.

Cremos que cada um deles é e existe, o Pai verdadeiramente Pai, e o Filho verdadeiramente Filho, e o Espírito Santo verdadeiramente Espírito Santo; como nosso Senhor, ao enviar seus discípulos a pregar, disse: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”.³¹

O mesmo Eusébio, tão laureado por Nicotra, é descrito por Ellen G. White como o “amigo íntimo e adulator de Constantino” que “propôs a alegação de que Cristo transferira o sábado para o domingo”. Esse argumento, “infundado como era, serviu para incentivar os homens a desprezarem o sábado do Senhor”.³² O próprio Eusébio chegou a escrever uma obra sobre a vida de Constantino, na qual afirma que “Deus honrou a Constantino” por ser este “um poderoso luzeiro e o mais eloqüente arauto da genuína piedade”.³³ No Concílio de Nicéia (325), Eusébio demonstrou considerável instabilidade teológica entre o arianismo e a ortodoxia.³⁴ A admissão de que “no final de sua vida, após o Concílio de Nicéia”, Eusébio passou a incorporar em seus escritos a própria fórmula trinitariana de Mateus 28:19 (p. 53) confirma a inconsistência desse historiador. Em realidade, de acordo

com Benjamin J. Hubbard, “Eusébio tinha o hábito de citar as Escrituras de forma inexacta”.³⁵ Mas, a despeito de tudo isso, Nicotra ainda o considera como “de boa reputação no tocante à sua precisão” (p. 52).

A fragilidade documental de *“Eu e o Pai Somos Um”* transparece também em várias outras ocasiões. Por exemplo, na p. 49 do livro, o autor assevera de forma dogmática: “... Mateus 28:19 tem sua autenticidade questionada. A história demonstra que na era apostólica batizava-se apenas em nome de Jesus, sendo que batismos em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo só foram realizados muitos anos após a morte dos apóstolos. Vejamos o que as enciclopédias dizem a respeito...” Sinceramente, enciclopédias são fontes secundárias, úteis para quem deseja começar a estudar determinado assunto, mas jamais deveriam ser usadas em substituição a uma análise acurada das próprias fontes primárias existentes, como o próprio autor sugere nas páginas 51-52 do seu livro. Só que, depois de afirmar que as “citações de versos bíblicos feitas por autores antigos são de grande valor para a crítica literária” (p. 52), Nicotra menciona apenas a Eusébio de Cesaréia, desconhecendo todos os “autores antigos” que o precederam. Será que “de grande valor” para Nicotra são apenas aqueles autores que concordam com as suas idéias?

Na página 53, Nicotra assevera categoricamente que Eusébio de Cesaréia “baseou seus escritos em manuscritos anteriores e mais fidedignos do que os que temos hoje”. Lamentavelmente, Nicotra declara mais uma vez algo que ele mesmo não comprova. Quais seriam esses “manuscritos anteriores e mais fidedignos”? Se a expressão “batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” é espúria e mesmo herética, como sugerido por Nicotra, por que Ellen G. White a citou muitas vezes em seus escritos?³⁶ Será que Eusébio de Cesaréia e o próprio Nicotra seriam mais esclarecidos e confiáveis nesse particular do que a voz profética de Deus para os últimos dias, através dos escritos de Ellen G. White?

Outro problema no uso de fontes ocorre na p. 50, onde aparece uma citação de *O Terceiro Milênio e as Profecias do Apocalipse*, de Alejandro Bullón. Nicotra transcreve a citação da seguinte forma: “Naquele período, a Igreja cristã passou a ter conflitos internos por causa de doutrinas estranhas que pretendiam misturar-se às verdades bíblicas. Entre as doutrinas em conflito, podemos mencionar: o pecado original, a trindade, a natureza de Cristo, o papel da virgem Maria, o celibato e a autoridade da Igreja” (grifo acrescido por Nicotra). É evidente que Bullón menciona como “doutrinas em conflito” algumas doutrinas bíblicamente aceitáveis e outras, espúrias. Mas a maneira como Nicotra grifou o texto acaba induzindo o leitor desatento a crer que o próprio Bullón considera a doutrina da “trindade” como uma das “doutrinas estranhas que pretendiam misturar-se às verdades bíblicas. Que Nicotra creia desta forma, é mais que evidente em *“Eu e o Pai Somos Um”*; mas sugerir que Bullón esteja qualificando a Trindade como uma doutrina estranha e antibíblica só é possível quando se lê a referida citação de forma tendenciosa.

Existem também outras dificuldades de precisão no uso das fontes. Um exemplo é a alegação de que o Evangelho de Mateus tenha sido escrito em aramaico, sem nem ao menos citar qualquer fonte mais sólida sobre o assunto (p. 42). Na página 53, alusão é feita a Ploughman, sem identificar explicitamente a fonte de onde a informação foi extraída. Na página 54 é mencionado que em 1960 a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira publicou um Novo Testamento grego, mas nenhuma fonte é apresentada que identifique a procedência dessa informação. Já na página 88 aparece uma citação atribuída equivocadamente ao “Credo de Nicéia” (325 d.C.), quando ela é, em realidade, uma versão condensada do posterior Credo Niceno-Constantinopolitano (381 d.C.).³⁷

É lamentável que o livro *“Eu e o Pai Somos Um”* seja parcial e tendencioso no uso de fontes extra-bíblicas. Mas o assunto se torna bem mais comprometedor ao se descobrir que o mesmo problema de parcialidade transparece também no uso de textos bíblicos. Os adventistas do sétimo dia sempre enfatizaram o princípio protestante da *tota Scriptura*, que

leva em consideração a totalidade das Escrituras. Em contraste, Nicotra se vale de um uso seletivo da Bíblia, em que alguns textos são usados em substituição a outros, fazendo com que importantes passagens bíblicas sejam desconsideradas. Um exemplo típico é a maneira como o referido autor usa os textos que falam no batismo em “nome de Jesus” (At 2:38; 8:16; 10:48; 19:5; Rm 6:3; Gl 3:27) para desfazer a relevância de Mateus 28:19 (pp. 45-49). Como se isso não bastasse, ele não se constrange em desfazer o princípio da *sola Scriptura* (exclusividade das Escrituras) ao estudar o texto de Mateus 28:19 à luz de Eusébio, *Encyclopaedia Britannica*, enciclopédia *Wikipedia* e outras fontes secundárias (p. 49, 52-53, 87). Para Nicotra, é irrelevante o fato de não existir nenhum manuscrito grego (ou mesmo aramaico!) antigo que apresente resquícios de supostas supressões ou variantes textuais em Mateus 28:19.³⁸

Mas a seletividade e a fragilidade bibliográficas de Nicotra podem ser mais facilmente compreendidas ao se considerar as pressuposições básicas que sustentam o conteúdo do livro “*Eu e o Pai Somos Um*”.

Pressuposições do autor

Existem várias pressuposições básicas que fundamentam o conteúdo do livro “*Eu e o Pai Somos Um*” de Ricardo Nicotra. Talvez a mais importante, que sumariza a própria essência do livro, seja que “a Palavra de Deus apresenta duas pessoas que possuem atributos divinos”, e que “a doutrina da trindade carece de embasamento bíblico quando afirma que o Espírito Santo é a terceira pessoa de uma tríade divina” (p. 28). Como todo o conteúdo do livro gravita em torno dessa pressuposição, a doutrina clássica da Trindade ou Tri-idade é reduzida a uma espécie de “Bindade” ou Duo-idade. Diante dessa proposta, alguns leitores poderão indagar se Nicotra não estaria sendo motivado mais pelo ditado popular “um é pouco; dois é bom; três é demais”, do que por uma acurada exegese do texto bíblico!

Outra pressuposição básica é que o conceito de “pessoa” só pode ser compreendido dentro dos limites da pessoa humana. Nicotra argumenta que, como o espírito do ser humano não existe separadamente do próprio ser humano, também o Espírito Santo, chamado na Bíblia de “Espírito de Deus” e o “Espírito de Cristo” (Rm 8:9), não pode existir como uma “pessoa” distinta do Pai e do Filho (p. 10-27, 59). Para o mesmo autor, “uma pessoa deve ter corpo e espírito”. Como a Bíblia “não fala que o Espírito Santo tem um corpo” e nem que Ele “tem um espírito” que poderia ser chamado de “o Espírito do Espírito Santo”, conseqüentemente, “o Espírito Santo não é uma pessoa, mas sim o próprio Espírito do Pai e o Espírito de Cristo” (p. 107).

Por mais lógica e persuasiva que possa pretender ser, essa forma de argumentação possui sérias implicações. Primeiro, ela sugere uma compreensão antropocêntrica de Deus, na qual a natureza do ser humano finito se transforma no referencial para se entender a natureza do Ser Divino infinito. Não resta a menor dúvida de que o ser humano foi criado originalmente à imagem e semelhança de Deus (Gn 1:26, 27), mas jamais podemos dizer que Deus é semelhante ao ser humano, pois isso acabaria divinizando o ser humano ou humanizando a Deus.³⁹ Mas, além disso, a argumentação de Nicotra também nega a pluralidade de significados dos termos hebraico *ruach*⁴⁰ e grego *pneuma*⁴¹, traduzidos como “espírito” nas Escrituras, dando a impressão que o sentido desses termos é sempre o mesmo, independente de se referirem ao ser humano ou a Deus.

Nicotra afirma também que a doutrina da Trindade está completamente ausente no Antigo Testamento (p. 68), e que, no Novo Testamento, ela recebe apoio apenas aparente de alguns poucos textos bíblicos espúrios e/ou mal interpretados (pp. 48, 75). Esse tipo de alegação é característico daqueles que desconhecem, consciente ou inconscientemente, os textos bíblicos usados nas exposições teológicas sobre o assunto, acima mencionadas.⁴² A tentativa de apenas rotular tais exposições (p. 68-69) e então ignorá-las completamente é inaceitável em qualquer pesquisa séria



de alguém que pretenda ser honesto para com “as inúmeras evidências bíblicas” sobre a “obra e natureza” do Espírito Santo (p. 67).

Além disso, para Nicotra, a crença no Espírito Santo como “uma pessoa divina” não passa de uma mera teoria satânica. Ele não se constrange em afirmar que “o inimigo busca confundir nossa adoração criando mais uma pessoa divina cujo nome é Espírito Santo, quando na verdade o Espírito Santo é um atributo do Pai e do Filho que nós podemos receber, mas não um deus que devemos adorar ou louvar” (p. 95). Com esse tipo de arrazoado Nicotra acaba sugerindo que todas as evidências bíblicas da personalidade do Espírito Santo e as declarações explícitas de Ellen G. White que falam do Espírito Santo como uma “pessoa” (inglês *person*) e uma “pessoa divina” (inglês *divine person*), distinta do Pai e do Filho,⁴³ são de origem satânica! A alegação de que o termo *person* (em inglês) tem um sentido diferente da palavra *pessoa* (em português) não é convincente para quem conhece bem ambas as línguas. Para os verdadeiros adventistas do sétimo dia continua plenamente válido o seguinte conselho inspirado de Ellen White: “Precisamos reconhecer que o Espírito Santo ... é tanto uma pessoa como o próprio Deus”.⁴⁴ Nicotra também argumenta que Mateus foi escrito originalmente em aramaico, porque o seu objetivo era “alcançar os judeus convencendo-os de que Jesus Cristo era o Messias descrito pelos profetas do Antigo Testamento” (p. 42), e que o texto original aramaico de Mateus 28:19 não continha a expressão “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (p. 42-56). A teoria de que Mateus tenha sido escrito originalmente em aramaico (dialeto hebraico) é baseada na alusão que Eusébio de Cesaréia faz à seguinte declaração de Papias: “Mateus escreveu os oráculos [grego *logia*] em língua hebraica, e cada um os interpretava como podia.”⁴⁵ Para se aceitar essa teoria, é necessário interpretar o termo *logia* como uma alusão ao próprio Evangelho de Mateus, e assumir que o “hebraico” mencionado por Eusébio não seja realmente hebraico e sim aramaico. No entanto, é importante ter-se em mente que (1) até hoje não foi encontrado nenhum fragmento hebraico ou aramaico desse evangelho; (2) “o grego de Mateus não apresenta qualquer indício de ter sido traduzido do aramaico”; e (3) “existem abundantes evidências de que o grego de Mateus é dependente de Marcos”.⁴⁶

Já a teoria de que a expressão “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” não fazia parte do suposto texto aramaico de Mateus 28:19 não passa de mera teoria especulativa inferida também dos escritos de Eusébio de Cesaréia, sem nenhum manuscrito bíblico, quer em aramaico ou em grego, para a substanciar. É interessante notarmos que mesmo as antitrinitarianas Testemunhas de Jeová preservam o texto em sua *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas*, onde a referida expressão é vertida da seguinte forma: “batizando-as em o nome do Pai, e do Filho, e do espírito santo”.⁴⁷ Se a expressão não fosse autêntica, essa tradução certamente a omitiria.

Merece ser salientada ainda a pressuposição de que, segundo Nicotra, a doutrina da Trindade é uma teoria herética imposta ao cristianismo pelo Concílio de Nicéia (325 d.C.). Conseqüentemente, Nicotra relê as Escrituras como se nelas não existissem quaisquer evidências genuínas que suportassem essa doutrina, pois, em sua opinião, ela é parte do processo pós-apostólico de “paganização do cristianismo” (p. 89). Se esse fosse realmente o caso, por que então Ellen G. White não incluiu essa doutrina entre os falsos ensinamentos pós-apostólicos e medievais mencionados em seus livros *Spiritual Gifts*, vol. 1 (1858)⁴⁸; *The Spirit of Prophecy*, vol. 4 (1884)⁴⁹; e *O Grande Conflito* (1888; edição revisada de 1911)⁵⁰? Por que essa “importante” questão não foi tratada explicitamente em nenhum dos seus demais escritos? Será que Nicotra, em resposta a essas perguntas, preferiria assumir que Ellen G. White tenha suprimido tendenciosamente a verdade sobre o assunto ou, então, que ela haja permitido indevidamente que a liderança da Igreja Adventista do Sétimo Dia “adulterasse” todos esses escritos? Seja qual for a preferência de Nicotra, a única resposta correta a estas



indagações é que Ellen G. White não incluiu a doutrina da Trindade entre os falsos ensinamentos pós-apostólicos e medievais simplesmente porque ela cria nessa doutrina, e jamais a qualificou pejorativamente como Nicotra e seus seguidores o fazem.

As pressuposições anteriores são indispensáveis para se entender a argumentação que Nicotra usa em seu livro *“Eu e o Pai Somos Um”*. Mas, somadas a elas, existem também alguns recursos retóricos que o autor usa para convencer seus leitores de que as idéias dele são bem mais confiáveis e fidedignas do que as da Igreja Adventista do Sétimo Dia, de cuja denominação ele já foi membro.

Recursos retóricos

Algumas pessoas sem formação teológica buscam espaço e reconhecimento nessa área, questionando de forma generalizada a idoneidade e a credibilidade dos teólogos. Maior êxito é conseguido quando o questionador assume uma postura irônica para com seus antagonistas, e apela de forma populista para que outras pessoas sem formação teológica (mas “sinceras”!) também rompam com a “tradição” teológica predominante. O argumento se torna quase irresistível quando o questionador não se contenta apenas em demonstrar a coerência bíblica de seus postulados, mas chega mesmo a discursar como um confiável porta-voz de Deus para uma comunidade em pretensa apostasia.

Valendo-se desses recursos apologeticos, Ricardo Nicotra questiona subliminarmente a credibilidade dos “acadêmicos da religião” e dos assim chamados “doutores em divindade”, que é um título honorífico não recebido por nenhum dos atuais teólogos adventistas brasileiros.⁵¹ Já no “Prefácio” (p. 6) de sua obra, ele argumenta:

Apelo a todos os crentes sinceros que se desprendam de idéias pré-concebidas e dogmas arraigados a fim de receber da Palavra de Deus um conhecimento progressivo de Deus. ...

O conhecimento progressivo de Deus é possível! Mas para avançarmos, temos que estar dispostos a deixar muitos conceitos já arraigados para trás. Através da leitura deste livro você perceberá que a verdade bíblica é simples e fácil de ser compreendida, não é exclusividade dos acadêmicos da religião e dos doutores em divindade. Até mesmo pessoas simples, sem educação formal, podem conhecer esse maravilhoso Deus que não é um Deus misterioso e complicado, mas um Deus simples que tem prazer em revelar-se aos seus filhos mais humildes.

Na “Introdução” (p. 8), Nicotra ironiza outra vez: “Afinal de contas, há pastores e professores de religião com mestrado e doutorado, experts em divindade. Eles não podem estar errados, podem?” Posteriormente em sua discussão (p. 68 e 69), ele volta a insinuar desdenhosamente: “talvez o argumento mais sofrível utilizado pelos doutores em divindade trinitarianos esteja relacionado com...”, e mesmo ironicamente: “os doutos teólogos pretendem sugerir que...” Alguns leitores poderão indagar: Até que ponto o rompimento de Nicotra com a organização adventista e sua liderança administrativa acabou gerando um efeito dominó, levando-o a questionar também a liderança teológica da denominação? Seja como for, essa é uma questão pessoal, não pertinente ao propósito da presente análise crítica.

É certo que mestrados e doutorados não tornam qualquer ser humano infalível. Mas a forma irônica e pejorativa como essas expressões são usadas por Nicotra acaba rotulando negativamente os teólogos que não aceitam seus pressupostos. Desta forma, o leitor é vacinado subliminarmente contra quaisquer respostas teológicas que questionem os postulados de *“Eu e o Pai Somos Um”*. Rotulações pejorativas, como as que aparecem nesse livro, são normalmente usadas pelos críticos como um complemento retórico para suprir a carência de argumentos academicamente convincentes. É curioso ver também como Nicotra, ao mesmo tempo em que critica generalizadamente os teólogos, usa palavras hebraicas (p. 12-15, 62, 68-69, etc.) e gregas (p. 16-27, 70-85, etc.), e reproduz textos bíblicos nessas línguas



(p. 22, 23, 38, 55), como se fosse um especialista na área teológica e com mais conhecimentos que os demais teólogos.

Valendo-se de uma espécie de apologia da ignorância e da instabilidade doutrinária, Nicotra procura gerar uma dicotomia artificial entre teólogos (orgulhosamente equivocados) e leigos (humildemente corretos) que predisponha o leitor a aceitar sua “teologia leiga” como mais honesta e confiável do que o pensamento acadêmico da denominação (p. 6, 8-9). Ao mesmo tempo em que o estudo é tido como importante (p. 9), os estudiosos são considerados como irrelevantes; pois, se o indivíduo estudar o bastante para se tornar um teólogo, ele passa a ser desprezível para Nicotra (p. 6, 8). Mas é importante notarmos que mesmo o preconceito deste para com os teólogos não é plenamente consistente, pois, com base na sua conveniência apologética, ele os polariza entre os que prestam (p. 53-54) e os que não prestam (p. 68-69). A dicotomia entre teólogos e leigos tende a desaparecer da mente daqueles que reconhecem que Paulo e os grandes reformadores do século 16 eram teólogos por excelência, com sólidos princípios de interpretação bíblica.

Outro importante recurso retórico usado por Nicotra é a forma como ele define e aplica em seu livro os conceitos de “conhecimento progressivo de Deus” e de “humildade”. Para ele, o “conhecimento progressivo de Deus” só pode ser alcançado por aqueles que estão dispostos “a deixar muitos conceitos já arraigados para trás” (p. 6). Por sua vez, “o humilde é flexível” e “não se apegava a conceitos pré-estabelecidos”. À primeira vista, esses conceitos parecem neutros e aceitáveis; mas, depois de observar como Nicotra os usa ao longo do seu livro, percebe-se que eles são fundamentais para o seu discurso antitrinitariano. Com eles, o autor sugere que as pessoas que não rompem com a doutrina da Trindade não são humildes, nem possuem um “conhecimento progressivo de Deus”.

É certo que toda a tradição antibíblica é inaceitável (ver Mt 15:6, 9, 13). Mas igualmente inaceitável é romper com os grandes componentes da “fé que uma vez por todas foi entregue aos santos” (Jd 3). A igreja primitiva apegava-se a conceitos preconcebidos chamados de “doutrina dos apóstolos” (At 2:42). Paulo insta com os cristãos a que não aceitem outro “evangelho que vá além do que vos temos pregado” (Gl 1:8, 9; cf. Rm 1:1-6). A própria mensagem de salvação é denominada no livro do Apocalipse de “evangelho eterno” (Ap 14:6). Por outro lado, a teoria de que toda a tradição religiosa é má e deve ser abandonada acaba suscitando uma geração de cristãos sem raízes e descomprometidos. Alguém poderia usar facilmente o argumento de que o humilde, que “não se apegava a conceitos pré-estabelecidos”, deve romper também com a tradição adventista da observância do sábado!

Mas, além das pressuposições básicas e dos recursos retóricos, é indispensável que se identifiquem também os princípios de interpretação sugeridos pelo autor. Especial atenção deve ser dada, não apenas à validade dos princípios enunciados, mas também ao grau de coerência demonstrada pelo autor no uso desses princípios em sua interpretação do texto bíblico.

Princípios de interpretação

Nicotra não fornece em *“Eu e o Pai Somos Um”* uma exposição sistemática dos princípios de interpretação bíblica por ele utilizados, mas prefere mencioná-los esparsamente, enunciando alguns deles onde julga mais oportuno. Vários princípios mencionados são válidos e oportunos. Mas deve-se levar em consideração o fato de que a mera enunciação de princípios corretos de interpretação não garante que estes tenham sido aplicados corretamente no próprio processo de interpretação bíblica. Falando a respeito dos princípios advogados por Agostinho, Bernard Ramm declara que “difícilmente existe uma regra por ele estabelecida que ele mesmo não violasse



freqüentemente.”⁵² Cremos que o mesmo problema interpretativo também ocorre em “*Eu e o Pai Somos Um*”.

Uma das mais significativas declarações hermenêuticas do livro aparece na página 41, onde Nicotra afirma que “o melhor conselho para evitar erros doutrinários” é: (1) “analisar o texto controvertido dentro do seu contexto”; (2) “analisar outros textos bíblicos que abordam o mesmo assunto”; e (3) “quando possível, recorrer ao original hebraico ou grego para desfazer dúvidas remanescentes”. Esses princípios gerais são pertinentes e devem ser usados no estudo das Escrituras, mas Nicotra não os aplica consistentemente em sua própria interpretação do texto bíblico.

A análise adequada do *contexto* é fundamental para se compreender um texto, e Nicotra chega mesmo a afirmar que “analisar o verso dentro do contexto é a chave para chegarmos” a uma “conclusão” correta (p. 73). Mas as análises contextuais realizadas por Nicotra nem sempre são tão confiáveis como aparentam ser. Por exemplo, nas páginas 83-85 de “*Eu e o Pai Somos Um*”, ele se propõe a elucidar contextualmente o significado de João 16:14, onde aparecem as seguintes palavras de Cristo: “Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar”. O pronome “Ele” (grego *ekeînos*) refere-se nesse verso ao “Espírito da verdade” mencionado no verso anterior (v. 13), que é o seu antecedente natural. Só que Nicotra, para confirmar sua teoria antitrinitariana, não se constrange em desconhecer esse antecedente natural, impondo ao referido pronome um antecedente artificial que vem depois do próprio pronome, ou seja, o “Pai” do verso seguinte (v. 15). O referido autor chega mesmo a dizer que “é incontestável que o verso 14 refere-se ao Pai, pois este é quem glorifica o Filho”. Mas o fato de o Filho glorificar o Pai (Jo 17:4) e o Pai glorificar o Filho (Jo 8:54; 17:1, 5) não exclui a possibilidade de o Espírito Santo também glorificar o Filho, como confirmado em João 16:14, onde o próprio Cristo se refere ao Espírito Santo nos seguintes termos: “Ele me glorificará.” A interpretação de Nicotra contradiz diretamente a seguinte declaração de Ellen G. White: “O Salvador veio glorificar o Pai pela demonstração de Seu amor; assim o Espírito havia de glorificar a Cristo, revelando ao mundo a Sua graça.”⁵³

A idéia de “analisar outros textos bíblicos que abordam o mesmo assunto” (p. 41) também é indispensável, só que Nicotra, ao tentar implementar esse princípio, acaba incorrendo em graves problemas interpretativos. Para resolver as tensões entre textos aparentemente contraditórios, Nicotra se vale freqüentemente da abordagem dicotômica do *either/or* (ou isso, ou aquilo), que o leva a enfatizar o conteúdo dos textos que mais lhe são úteis em sua interpretação, e a desconhecer aqueles que não se enquadram em seu sistema interpretativo. Por exemplo, entre os textos do Novo Testamento que descrevem pessoas sendo batizadas em nome de Jesus (At 2:38; 8:16; 10:48; 19:5; Rm 6:3; Gl 3:27), por um lado, e o texto que ordena o batismo “em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28:19), por outro, Nicotra fica com os primeiros e simplesmente nega a autenticidade do último (p. 45-55). Ele tenta justificar sua postura dicotômica com a imagem de uma “Balança das Evidências” (p. 48), sugerindo que a maior quantidade de textos é determinante para a interpretação. Como num dos pratos da balança aparece “apenas um verso ‘em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo’”, e no outro aparecem “36 versos ‘em nome de Jesus’”, a conclusão de Nicotra é que o batismo “em nome de Jesus” é a única fórmula batismal aceitável para os cristãos. A ênfase quantitativa desse autor transparece também na expressão “o mais importante é destacar a quantidade de referências...” (p. 100).

Esse método de interpretação, por mais lógico que possa parecer para quem gosta de matemática e estatística, é inaceitável para aqueles que buscam uma harmonia geral nas Escrituras, em vez de simplesmente selecionar delas as porções que mais lhes convêm. Se aplicássemos o mesmo método a outros assuntos bíblicos, acabaríamos mutilando inevitavelmente o equilíbrio temático das Escrituras. Talvez considerássemos como muito importante o assunto da idolatria, porque os profetas do Antigo Testamento falaram muito sobre ele, e menosprezaríamos a profecia das “duas

mil e trezentas tardes e manhãs”, por ser mencionada apenas em Daniel 8:14. Também a cerimônia do lava-pés (Jo 13:1-20) e as três mensagens angélicas (Ap 14:6-12), por serem mencionadas apenas uma única vez na Bíblia, se tornariam irrelevantes para nós. Outro sério problema da interpretação de Nicotra é que a *experiência* pessoal ou coletiva da igreja apostólica acaba se tornando mais normativa do que as próprias *ordenanças* de Cristo. Se meia dúzia de textos afirma que pessoas foram batizadas em nome de Jesus (At 2:38; 8:16; 10:48; 19:5; Rm 6:3; Gl 3:27), então a ordenança do batismo “em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28:19) pode ser considerada espúria. Se “toda a doutrina deve ser obtida da pura Palavra de Deus, não de escritos de homens, por mais fidedignos que eles sejam” (p. 53), por que Nicotra prefere usar Eusébio de Cesaréia (p. 52-54) em vez do testemunho unânime da crítica textual (p. 50-51) em favor da autenticidade de Mateus 28:19?

Já o conselho de que devemos, “quando possível, recorrer ao original hebraico ou grego para desfazer dúvidas remanescentes” (p. 41) é oportuno para aqueles que conhecem bem essas línguas e são honestos no uso delas. Em muitos casos, porém, o apelo às línguas originais, por pessoas sem um conhecimento abalizado delas, não passa de uma forma sofisticada de revestir teorias pessoais com uma pretensa roupagem acadêmica. Como a maioria dos leitores não conhece as línguas originais, eles são induzidos a crer no discurso “mais acadêmico” daquele que se vale desse recurso. Devemos ressaltar, no entanto, que não é nossa intenção questionar aqui o interesse de Nicotra pelas línguas nas quais a Bíblia foi originalmente escrita. Mas o uso que ele faz delas deixa muito a desejar.

Um exemplo claro dessa deficiência é a forma reducionista e parcial como Nicotra entende o termo hebraico *ruach* (“espírito”) (p. 12-16). Mas essa questão é tratada à frente mais detalhadamente. Outro exemplo é a forma como esse autor interpreta o substantivo grego *parákletos* (Confortador) (p. 70-85). Cristo prometeu que rogaria ao Pai para que Este enviasse “outro Consolador”, distinto de Ambos (Jo 14:16, 26). Crendo que esse “outro Consolador” deve ser o próprio Cristo, Nicotra mais uma vez argumenta que não se pode defender uma doutrina baseada “em um verso” ou “uma única palavra” (p. 75). Conseqüentemente, os textos de João 14:16 e 26 perdem seus significados naturais, e acabam tendo que assumir o sentido artificial que Nicotra lhes atribui. Como em 1 João 2:1 o mesmo termo *parákletos* é usado para Cristo como “Advogado”, todas as referências ao mesmo termo grego encontradas no Evangelho de João são tidas como se referindo, não ao Espírito Santo, mas ao próprio Cristo. Esse tipo de raciocínio acaba negando a assim chamada “fluidez dos símbolos”, ou polissemia, onde um mesmo símbolo (ou nome) pode significar diferentes entidades em diferentes contextos. Um exemplo disso é o termo “leão”, que simboliza na Bíblia o próprio animal (Jz 14:5-9; Dn 6:7-27), o Império Babilônico (Dn 7:4; cf. 2:37, 38), Satanás (1Pe 5:8) e Cristo (Ap 5:5). Se usássemos a interpretação generalizadora de Nicotra, teríamos sérias dificuldades em entender a riqueza de significados de muitos termos bíblicos.

Nicotra também se vale das línguas originais para neutralizar o argumento de que o nome “Espírito Santo” é um nome próprio, grafado nas Escrituras com iniciais maiúsculas. Ele argumenta nas páginas 21-22 do seu livro que

os manuscritos mais antigos do Novo Testamento são alguns fragmentos de papiro escritos em uncial. O padrão uncial utilizava-se de letras maiúsculas apenas. Este padrão continuou sendo utilizado nos pergaminhos até o século XI, quando a escrita minúscula começou a ser adotada. Fica claro que escrever “Espírito Santo” com iniciais maiúsculas é uma convenção adotada posteriormente.

À primeira vista, Nicotra parece invalidar quaisquer discussões sobre maiúsculas e minúsculas em relação ao texto bíblico. Só que, logo depois de afirmar que os manuscritos mais antigos eram escritos com todas as letras maiúsculas, Nicotra reproduz uma versão mais recente do texto grego de Atos 13:9 para demonstrar que o nome Paulo (grego *Paúlos*) aparece grafado com o “P” maiúsculo, mas o nome “espírito” (grego *pneûma*) aparece com “p” minúsculo (p. 22). Com base



em uma versão grega de 1 Coríntios 2:11 onde o “espírito” do homem e o “espírito” de Deus são grafados igualmente em minúsculas, Nicotra conclui que “não há porque interpretar que o espírito de Deus é uma outra pessoa e o espírito do homem não é uma outra pessoa” (p. 23-24). Ora, se os manuscritos mais antigos eram escritos com todas as letras maiúsculas, que sentido teria esse argumento de maiúsculas e minúsculas? Por que Nicotra ainda insiste em mostrar que nos manuscritos gregos posteriores a palavra “espírito” aparece em Atos 13:9 e 1 Coríntios 2:11 com inicial minúscula? Não é de surpreender que Nicotra mais uma vez usa determinado argumento, quando lhe é conveniente, e o rejeita, quando não favorece suas teorias pessoais.

Outro princípio básico usado por Nicotra é de que não se pode basear uma doutrina em um só texto bíblico. Só que ele usa esse princípio para minimizar, como já mencionado, a força de alguns textos claros das Escrituras. Na tentativa a desfazer a declaração trinitariana de Mateus 28:19, ele argumenta na página 48 de seu livro que “não podemos estabelecer uma conclusão definitiva com relação a uma doutrina ou prática basendo-se apenas em um verso da Bíblia”. Já na páginas 54 ele volta a insistir que a autenticidade de Mateus 28:19 “é bastante questionável e, portanto, não deve ser utilizado para provar qualquer doutrina. Ademais, é sempre conveniente lembrar que nenhuma doutrina bíblica pode ser estabelecida com base em apenas um verso”.

Em relação à expressão “outro Consolador” (Jo 14:16), Nicotra (p. 75) usa novamente o mesmo argumento:

Defender uma doutrina baseado em um verso é algo muito perigoso, principalmente se o contexto não for analisado apropriadamente e se outras passagens sobre o assunto não forem consultadas. Mas o mais perigoso é basear um argumento sobre uma única palavra. E o risco de cometer um erro aumenta quando esta palavra está inserida entre elementos simbólicos, como é o caso do verso 16 [de João 14].

Quem insiste em tomar a sério o conteúdo de qualquer desses textos (Mt 28:19 e Jo 14:16) acaba sendo rotulado por Nicotra como alguém que se aproveita “de alguns pontos isolados para impor seus ensinamentos” e alguém que ignora a “regra geral”, apegando-se “fortemente nas exceções” (p. 40). Como já mencionado, é certo que toda uma doutrina não pode ser construída baseada apenas em um verso bíblico; mas, por outro lado, é igualmente perigoso construir uma doutrina desconsiderando-se textos bíblicos. Os adventistas do sétimo dia seguem o princípio da *tota Scriptura*, ou seja, da analogia das Escrituras. Em contraste, para Nicotra, textos bíblicos podem ser rejeitados, ou pelo menos reinterpretados, toda vez que discordarem dos postulados antitrinitarianos por ele advogados. Com esse critério, a razão humana acaba se sobrepondo inegavelmente à revelação divina.

As considerações anteriores são suficientes para se ter uma idéia geral das inconsistências hermenêuticas encontradas no livro “*Eu e o Pai Somos Um*”. Vários assuntos diferentes acabaram sendo mencionados tangencialmente ao longo da discussão. Mas cremos ser conveniente abordar um pouco mais detidamente alguns assuntos tratados no livro.

Interpretações pessoais

O livro “*Eu e o Pai Somos Um*” apresenta uma releitura antitrinitariana de vários temas bíblicos. A natureza mais sintética do presente texto não permite que analisemos todos eles. Mesmo assim, consideraremos criticamente ainda algumas idéias adicionais relacionadas com a preservação das Escrituras, o conceito bíblico de mistério, a teoria da Bindade, o Filho gerado, a emanação do Espírito divino, o *parákletos* divino, o trono do Espírito Santo e a autenticidade de Mateus 28:19.



A PRESERVAÇÃO DAS ESCRITURAS

Se alguém que ainda não leu o livro *“Eu e o Pai Somos Um”* o abraße casualmente na página 41, com certeza se impressionaria com a atitude respeitosa de Nicotra para com as Escrituras, expressa na seguinte declaração: “Acreditamos plenamente que Deus preservou sua Palavra ao longo dos séculos e que não houve perda de sua essência”. Já na página 38 somos assegurados de que “podemos confiar na Palavra de Deus pois ela mantém a verdade original sem perda de essência” (p. 38). Mas um estudo mais atento do conteúdo do livro revela que Nicotra possui sérias ressalvas ao conceito da preservação do conteúdo das Escrituras ao longo dos séculos. Enquanto que os cristãos em geral admitem que Deus permitiu apenas algumas interpolações não heréticas ao texto bíblico, Nicotra fala enfaticamente a respeito de “adulterações” heréticas do próprio texto bíblico em suas línguas originais. Segundo ele, “textos bíblicos foram adulterados em favor da teoria trinitariana” e “alterações foram feitas para ‘beneficiar’ algumas doutrinas pagãs” (p. 38).

Nicotra menciona que nos manuscritos gregos antigos não aparece a interpolação trinitariana de 1 João 5:7-8, que na versão Almeida Revista e Corrigida foi vertida como “no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e estes três são um. E três são os que testificam na terra”. Esse detalhe pode surpreender àqueles que nunca estudaram o texto, mas é mais do que óbvio para os que conhecem a literatura adventista sobre o assunto. Por exemplo, já em 1949 Walter Schubert esclareceu na revista *O Pregador Adventista* (precursora de *O Ministério Adventista* e atual *Ministério*) que nenhum manuscrito grego anterior ao século 16 trazia essa expressão, e que ela não passava de mera anotação marginal de Cipriano, bispo de Cartago, que Prisciliano acabou acrescentando à Vulgata Latina.⁵⁴ Em 1957 o *Seventh-day Adventist Bible Commentary* confirmou que “evidências textuais atestam a omissão da passagem”.⁵⁵ Em 1986, Pedro Apolinário acrescentou que “a Crítica Textual, através de notáveis comentaristas e insignes exegetas têm provado que [essas palavras] não são de autoria do apóstolo João”.⁵⁶ É interessante notarmos que uma pesquisa no CD-ROM *The Complete Published Ellen G. White Writings* (versão 3.0) não revela qualquer referência de Ellen G. White ao texto de 1 João 5:7-8.⁵⁷ Mas, em contraste, no mesmo CD-ROM aparece cerca de 168 vezes a expressão de Mateus 28:19 “batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”.⁵⁸ Portanto, Mateus 28:19 não pode ser considerado uma interpolação semelhante à de 1 João 5:7-8.

Como adventistas do sétimo dia, não podemos aceitar a teoria de Nicotra a respeito de supostas adulterações heréticas do texto bíblico em suas línguas originais. Essa teoria representa um sério desrespeito para com as Escrituras Sagradas, e acaba minando a confiabilidade da Palavra de Deus. Somos advertidos por Ellen G. White: “Se não quisermos construir nossas esperanças celestiais sobre um falso fundamento, precisamos aceitar a Bíblia como se lê e crer que o Senhor quer dizer o que diz”.⁵⁹

O conceito bíblico de mistério

A compreensão cristã da Trindade como um “mistério” é vista por Nicotra como mera invenção de teólogos que não conseguem explicar a Trindade. Na página 5 do seu livro ele diz: Na interpretação dos trinitarianos (assim chamados quem crê na teoria da Santíssima Trindade) este ensino é um mistério! Por que um mistério?

Como tais ensinamentos carecem de uma base mais sólida e contêm contradições internas de difícil conciliação, seus defensores também ensinam que há um grande mistério por trás destes fatos e que ao ser humano não é dado compreender os mistérios de Deus. “A Santíssima Trindade é um Mistério para ser aceito, não para ser compreendido”, foi a voz de muitos sacerdotes ao longo da Idade Média e que continua ressoando no século 21.



Diante de tais interpretações questionáveis, muitos crentes sinceros acabam aceitando a “doutrina do mistério” e acreditam que sua salvação não depende do pleno conhecimento de Deus, já que o mesmo é um mistério não revelado.

Na página 7 do livro, Nicotra reconhece que, “em nossa limitação, jamais seremos capazes de compreendê-lo completamente, pois Ele é infinito”. Mas já na página 8, o mesmo autor volta a argumentar a respeito da “atuação e essência” do Espírito Santo:

Lamentavelmente quando se fala sobre o Espírito Santo, sua atuação e essência, muitos preferem fechar os ouvidos por considerarem um assunto oculto, um mistério que o homem não deve se atrever a sondar, um tema onde “o silêncio é ouro”. Infelizmente tais pessoas demonstram que não conhecem o Deus de amor, um Deus infinito que se revela ao mais simples e humilde pecador. Nosso Pai é um Deus de revelação, não de mistério. Tais crentes nominais não buscam o conhecimento por si mesmos, mas se acomodam e preferem aceitar os dogmas impostos pela liderança espiritual.

Nessas declarações, Nicotra enfatiza a mesma dicotomia acima mencionada, entre *leigos* humildes que conseguem explicar a natureza de Deus e *teólogos* heréticos que escondem sua ignorância acerca de Deus atrás da “doutrina do mistério”. Sob o intertítulo “O Espírito: Mistério ou Revelação” (p. 7-9) ele sugere que algo já revelado não pode ser considerado mais mistério. Nesse ponto, Nicotra acaba desconhecendo a diferença bíblica entre “mistério”, que é uma verdade revelada, mas não conceituada (1Co 2:9-11), e as “coisas ocultas”, que se referem ao que Deus não revelou (Dt 29:29). Além disso, o mistério mencionado em Efésios não diz respeito à encarnação de Cristo, e sim à co-participação dos gentios com os judeus no plano da salvação (Ef 3:1-13; ver também Cl 1:26, 27).

Não sabemos se Nicotra ainda crê na inspiração dos escritos de Ellen G. White; mas, se este é o caso, então ele deveria tomar mais a sério a seguinte declaração encontrada no livro *Atos dos Apóstolos*:

A natureza do Espírito Santo é um mistério. Os homens não a podem explicar, porque o Senhor não lho revelou. Com fantasiosos pontos de vista, podem-se reunir passagens da Escritura e dar-lhes um significado humano; mas a aceitação desses pontos de vista não fortalecerá a igreja. Com relação a tais mistérios – demasiado profundos para o entendimento humano – o silêncio é ouro.⁶⁰

A despeito disso, Nicotra não se constrange em afirmar que somente aqueles “que não conhecem o Deus de amor” é que dizem que “o silêncio é ouro” sobre a natureza do Espírito Santo (p. 8). Fica evidente em mais esse ponto que Nicotra já se distanciou significativamente, não apenas do pensamento teológico adventista contemporâneo, mas também dos próprios escritos de Ellen G. White.

Teoria da “Bindade”

Nicotra usa de ironia para desfazer o conceito da Trindade, por ele chamada de “tríade divina” (p. 28) e de conjunto pagão “de três deuses” (p. 93). Já no Prefácio do livro (p. 5) encontramos a seguinte declaração:

Há ainda quem defenda que há um só Deus composto por três pessoas divinas, co-iguais, co-eternas, co-substanciais, a Santíssima Trindade. Esta última forma de crença, a mais comum, é adotada pela Igreja Católica e pela maioria das igrejas protestantes. Para eles, Deus não é um ser pessoal, ou seja, Deus não é uma pessoa, mas três pessoas. Não são três deuses, nem uma só pessoa, mas um Deus Composto, um Deus-Tríplice, ou Deus-Triúno. Complicado? Sim...

Um dos aspectos mais curiosos da teoria antitrinitariana de Nicotra é que três Pessoas na Divindade é “complicado” e inaceitável para ele, mas um só espírito para duas Pessoas (p. 20) é plenamente aceitável. É certo que a teoria da “Bindade” (duas pessoas divinas em vez de três), como sugerida em “*Eu e o Pai Somos Um*”, pelo menos não superenfatiza os textos monoteístas da Bíblia (Êx 20:3; Dt 6:4; etc.) em detrimento dos que falam de uma pluralidade na divindade (Gn 1:26, 27; etc.). No



entanto, essa teoria revela sérias dificuldades em sua tentativa de acomodar o Espírito Santo dentro do conceito de apenas duas Pessoas divinas.

Os cristãos em geral crêem na existência de uma unidade *essencial* entre os membros da Divindade, ou seja, que Pai, Filho e Espírito Santo são um em natureza e propósito. Mas Nicotra sugere uma unidade *pneumática* pela qual “o Pai e seu Filho Jesus compartilham o mesmo *pneuma*, qual seja, o Espírito Santo” (p. 24), e “por essa razão são um” (p. 26). Assumindo que o Espírito Santo não passa de um “atributo intrínseco” do Ser divino (p. 30), Nicotra não teme afirmar que “não há diferença entre Espírito de Deus, Espírito de Cristo e Espírito Santo” (p. 24). Ele chega mesmo a propor a fórmula: “Espírito de Cristo = Espírito de Deus = Espírito Santo” (p. 27).

Agora, se o Espírito Santo é um mero “atributo intrínseco” do próprio Deus, que “não pode ser separado dEle” (p. 24), como poderia esse Espírito ser *enviado* pelo Pai em nome de Cristo (Jo 14:26; cf. 14:16; Is 48:16) sem ser distinto de ambos? Se o Espírito Santo é o mesmo Espírito de Cristo, como explicar o texto que diz que Maria “achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mt 1:18, 20)? Quando a Bíblia afirma que Jesus era “cheio do Espírito Santo” (Lc 4:1), estaria ela dizendo que Jesus Se encontrava cheio de Si mesmo? E quando Jesus foi levado “pelo mesmo Espírito” ao deserto para ser tentado pelo diabo (Lc 4:1; cf. Mt 4:1; Mc 1:12, 13), teria o próprio Jesus Se autoconduzido ao deserto para se expor às tentações?⁶¹ Se nesses casos o Espírito não era o Espírito de Cristo, e sim o Espírito de Deus, então teríamos que admitir que ambos os Espíritos são distintos um do outro, o que conspira contra a teoria de que “não há diferença entre Espírito de Deus, Espírito de Cristo e Espírito Santo” (p. 24).

Para manter sua teoria da Bindade divina, Nicotra se vale de alguns textos que mencionam apenas o Pai e o Filho para sugerir, de forma generalizante, que, se tais textos não mencionam o Espírito Santo, então Este não existe como Pessoa. Por exemplo, esse autor crê que, se a Trindade existisse, então Jesus teria dito “Eu, o Pai e o Espírito Santo somos um” (p. 29), e não apenas “Eu e o Pai somos um” (Jo 10:30). As saudações das cartas de Paulo que mencionam apenas o Pai e o Filho são usadas para comprovar que o Espírito Santo não existe como Pessoa distinta (p. 30-32). Por que Nicotra não menciona também as bênçãos finais dessas mesmas cartas? Será que essas não lhe interessam porque entre elas se encontra 2 Coríntios 13:13 onde é dito: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós”?

Nicotra tenta resolver alguns problemas interpretativos com a sua teoria da Bindade, mas ela acaba gerando problemas ainda mais graves, com os quais não se deparam aqueles que crêem, como Ellen G. White, que o Espírito Santo “é tanto uma pessoa como o próprio Deus”.⁶²

Filho gerado

O livro “*Eu e o Pai Somos Um*” apresenta também uma compreensão ariana de Cristo, ou seja, que “Jesus foi gerado por Deus”. Essa geração é apresentada, não como se referindo à encarnação de Cristo (Mt 1:18:25; Lc 1:26-38; 2:1-7; Jo 1:14; Gl 4:4), e sim, como uma pretensa origem de Cristo antes que todas as coisas viessem à existência. Qualquer indagação quanto ao tempo em que ela teria ocorrido é descartada por Nicotra com a seguinte afirmação: “A questão do tempo da geração de Cristo é tão absurdo quanto uma possível questão do local da geração de Cristo, sendo ele gerado com o atributo da onipresença” (p. 105). Em resposta à pergunta: “Houve um tempo em que Cristo não tenha existido?”, Nicotra alega simplesmente que essa questão “não faz qualquer sentido”, pois “Cristo é o ‘Pai da Eternidade’ [Is 9:6], é o Criador do Tempo” (p. 105). Mas esse argumento não resolve a questão, pois permanece a teoria de que, antes que o tempo fosse criado, Cristo foi gerado pelo Pai.



Não há como negar o fato de que a cristologia de Nicotra está fundamentada na noção ariana de um “semi-Deus” gerado pelo Pai. Para não inferiorizar a Cristo, Nicotra teria que admitir que Cristo é plenamente coeterno com o Pai, sem jamais ter sido gerado por Ele. Mas Nicotra prefere resolver a questão valendo-se de uma analogia artificial entre a origem de Eva e a origem de Cristo. O autor argumenta que, como “Eva foi gerada de Adão” e “tem a mesma natureza humana de Adão”, “Jesus Cristo, por ter sido gerado de Deus, é tão divino quanto o Pai” (p. 104). Neste ponto, Nicotra se esquece que Eva não foi gerada de Adão. Ela veio à existência por um ato criador direto de Deus, transformando uma costela de Adão em uma mulher (Gn 2:21, 22). À primeira vista, essa analogia parece confirmar que Cristo, mesmo gerado, pode ter os mesmos atributos do Pai; mas ela não resolve a questão da eternidade de Cristo. Enquanto o Pai sempre existiu, o Filho acaba sendo visto como havendo tido um início, mesmo que esse início tenha sido antes do tempo e da eternidade.

Endosso para a teoria de que Cristo tenha sido gerado por Deus antes que o tempo viesse à existência é buscado em Hebreus 5:5 e 1 João 4:9. Em Hebreus 5:5 aparece a expressão do Salmo 2:7: “Tu és meu Filho, eu hoje te gerei”. O verbo “gerar” é usado nesses textos, não no sentido de uma pretensa origem do Filho antes da eternidade, como pretendem alguns, e sim, de entronização como Rei sobre as nações (Sl 2:6-9) e de inauguração como sacerdote “segundo a ordem de Melquisedeque” (Hb 5:5, 6). Que o prometido Messias exerceria simultaneamente os ofícios real e sacerdotal é evidente em Zacarias 6:13: “Ele mesmo edificará o templo do Senhor e será revestido de glória; assentar-se-á no seu trono, e dominará, e será sacerdote no seu trono; e reinará perfeita união entre ambos os ofícios.” Nicotra poderia ter evitado distorcer o sentido do verbo “gerar” se tão somente houvesse dado mais atenção ao contexto bíblico no qual o verbo é usado nos textos acima mencionados.

Por sua vez, na versão Almeida Revista e Atualizada de 1 João 4:9 é dito que Deus enviou “o seu Filho unigênito ao mundo”. O adjetivo grego *monogénés* (aqui traduzido como “unigênito”) é usado em relação a Cristo também em João 1:14, 18; 3:16, 18. Nicotra parece desconhecer o fato de que *monogénés* é um termo composto de *mónos* (único) e *gínomai* (espécie), e não de *gennáo* (gerar). Isso é confirmado pelo fato do sufixo *genés* ser grafado apenas com um “n” em vez de dois.⁶³ Por conseguinte, o termo *mono-genés* não significa necessariamente o único gerado, mas também o “único da espécie”, alguém que é “singular”. É nesse sentido que Hebreus 11:17 chama a Isaque de “unigênito”, como filho “singular” da promessa, sendo ele o segundo filho de Abraão (ver Gn 16:1-16; 21:1-7). A Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB) traduz corretamente 1 João 4:9 como “Deus enviou seu Filho único ao mundo”.

Em Isaías 9:6 Cristo é chamado de “Deus Forte, Pai da Eternidade”. Mesmo que Nicotra coloque a pretensa geração de Cristo antes do tempo e da eternidade, ela continua em direto antagonismo com a declaração de Ellen White de que “em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada”.⁶⁴

A emanção do Espírito divino

Um dos componentes básicos da teoria antitrinitariana de Nicotra é a noção de que o Espírito Santo não é um Ser pessoal, mas apenas “um atributo que não pode ser separado” de Deus (p. 24), e que deve ser entendido como a “mente” de Deus (p. 15-16). Só que essa teoria acaba conflitando com o ensino bíblico que fala a respeito da “mente do Espírito” (Rm 8:27). Se o Espírito Santo fosse apenas a “mente” de Deus, como poderia o próprio Espírito Santo ter “mente”? Teríamos então que acreditar na existência de uma mente da mente? Se confrontado com o texto de Romanos 8:26 e 27, talvez Nicotra preferisse desconversar o assunto alegando simplesmente, como em outras ocasiões, que não podemos construir uma doutrina baseada em um único texto bíblico (p. 48-49, 54, 75). Seja como for, os leitores que



procuram viver “de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4; cf. Ap 22:18, 19) certamente apreciariam encontrar em “*Eu e o Pai Somos Um*” uma explicação convincente do que significa a “mente do Espírito”.

Equacionando o Espírito de Deus com o espírito dos seres humanos, Nicotra não se constrange em afirmar: “Tanto o Espírito de Deus quanto o espírito do homem são escritos absolutamente da mesma forma em grego. Portanto não há porque interpretar que o espírito de Deus é uma outra pessoa e o espírito do homem não é uma outra pessoa” (p. 24). Nesta afirmação, Nicotra não apenas desconhece que um mesmo termo pode ter vários sentidos diferentes na Bíblia, mas também se vale de um “silogismo grego” semelhante ao que ele mesmo condena nas páginas 100-101 do seu livro. O silogismo seria o seguinte: *Premissa A*: O homem tem um espírito que não possui existência própria fora do corpo. *Premissa B*: Deus tem um espírito. *Conclusão*: Logo, o Espírito de Deus também não possui existência própria fora do corpo de Deus.

Mesmo reconhecendo que “a Bíblia emprega diversas figuras de linguagem” em relação ao Espírito Santo (p. 58), Nicotra não reluta em interpretar de forma literal algumas delas em sua tentativa de invalidar a personalidade do Espírito Santo. O autor indaga de forma irônica: “Uma pessoa pode ser derramada sobre outras [Is 44:3; Ez 39:29; Jl 2:28, 29]? Logicamente não!” e mais: “Uma pessoa pode ser soprada sobre outras [Jo 20:22]? É claro que não!” (p. 61). Mas, por que Nicotra prefere interpretar literalmente apenas os verbos “derramar” e “soprar”, e não também o verbo “revestir”? Em Romanos 13:14, o apóstolo Paulo ordena aos cristãos: “ revesti-vos do Senhor Jesus Cristo”. Se usássemos a mesma forma de argumentação de Nicotra, teríamos que admitir que também Cristo não pode ser uma pessoa, mas apenas uma roupa, pois nenhuma pessoa pode ser revestida em outra! E ainda, como Nicotra explicaria o texto de Isaías 53:12, onde é dito que o próprio Cristo “derramou a sua alma na morte”? Além disso, devemos lembrar que pessoas *cheias* do Espírito Santo (Êx 31:2; 35:31; Mq 3:8; Lc 1:15, 67; 4:1; At 2:4; 4:8, 31; 6:3, 5; 7:55; 9:17; 11:24; 13:9) são pessoas que estão sob a influência do Espírito Santo.

É curioso observarmos também como textos bíblicos que falam da morte de Cristo (Lc 23:46) e de outros seres humanos (Ec 12:7) são usados, em uma falsa analogia, para provar que o Espírito Santo não tem existência própria fora do corpo de Deus. Nicotra chega mesmo a afirmar que “um espírito (*pneuma*) sem corpo, com autonomia, existência e personalidade própria (independente do possuidor) é um conceito defendido pelo Espiritismo e pelo Trinitarianismo” (p. 24). Com esse tipo de argumento Nicotra consegue rotular sutilmente os trinitarianos, que crêem na personalidade do Espírito Santo, como pessoas que advogam idéias espíritas. Se o leitor não tiver um embasamento doutrinário mais sólido, ele acabará convencido por esse recurso retórico destituído de fundamentação bíblica.

Na tentativa de negar a personalidade do Espírito Santo, Nicotra chega mesmo a sugerir que o conceito de que “o corpo sem espírito é morto” (Tg 2:26) se aplica tanto a seres humanos quanto ao próprio Deus (p. 19-20). Esse tipo de analogia é demasiadamente frágil e artificial. Como Nicotra explicaria o fato de que, quando o espírito sai das pessoas, elas morrem (Sl 146:4), e que, quando o Espírito Santo sai de Deus (Jo 15:26), Este não morre? E mais, por que o Espírito Santo é passível de ser enviado por Deus (Is 48:16; Jo 14:16, 26), e os seres humanos não conseguem enviar o seu próprio espírito? Não seria o caso de que, embora o Espírito de Deus e o espírito do homem sejam “escritos absolutamente da mesma forma em grego” (p. 24), eles são de natureza diferente e, portanto, devem ser interpretados de forma distinta?

Em vez de reconhecer essa distinção (p. 24), Nicotra prefere crer que o ato de Deus enviar o Espírito Santo não passa de mera *emanação* espiritual. Na página 79 de “*Eu e o Pai Somos Um*” Nicotra interpreta a expressão “que procede do Pai” (Jo 15:26) nos seguintes termos: “O Espírito de Deus está dentro de Deus e não fora dEle, assim como o espírito do homem está dentro do corpo do homem. De dentro de Deus o Espírito emana para os seus filhos”. Diante dessa afirmação, não há como evitar a



pergunta: Se a analogia entre o espírito do homem e o Espírito de Deus (p. 10-27) é válida, por que o Espírito de Deus emana, e o do homem, não?

Por mais sincero e honesto que Ricardo Nicotra pretenda ter sido em seu estudo (p. 6), cremos que a sua teoria da emanação divina reflete bem mais de perto a filosofia de Plotino (205-270) e de Schelling (1775-1854) do que o conceito bíblico. Esses filósofos consideravam a “emanação” como um “processo no qual a divindade suprema irradia, emite ou propaga sua própria substância, criando o universo, uma extensão de sua natureza divina, de maneira processual, contínua e permanente”.⁶⁵ Nicotra certamente não iria tão longe como esses filósofos na definição de referido termo, mas as implicações lógicas da teoria dele não diferem muito desse conceito filosófico, pois a suposta emanação teria que realizar a ampla obra atribuída nas Escrituras ao Espírito Santo. Por contraste, os adventistas do sétimo dia crêem que o Espírito Santo possui uma personalidade distinta do Pai e do Filho, diferindo radicalmente da mera emanação divina proposta por Nicotra.

O parákleto divino

Boa parte dos argumentos que Nicotra usa para reinterpretar o *parákleto* divino no Evangelho de João, como sendo exclusivamente Cristo, já foram mencionados sob o intertítulo “Princípios de Interpretação”, do presente artigo. Como o termo *parákleto* é usado para Cristo em 1 João 2:1, Nicotra se sente na liberdade de afirmar, desconhecendo os diferentes contextos do Evangelho de João, que todos os usos do termo naquele evangelho também se referem apenas a Cristo (p. 70-85). Mas, se o Consolador fosse o próprio Cristo, como interpretar a seguinte declaração de Cristo: “convém-vos que eu vá, porque, se eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, eu for, eu vo-lo enviarei” (Jo 16:7)? E como explicar que o mesmo Consolador viria com a missão de glorificar a Cristo (Jo 16:14)? A pretensa “clareza meridiana” interpretativa que Nicotra alega ter encontrado, a ponto de asseverar que “não há mais dúvidas” (p. 85), não parece tão clara assim.

James Robertson, em sua obra *Ensinos de Jesus*, declara de forma convincente:

Do ensino de Jesus, não resta a menor dúvida que o outro Paracleto é uma *pessoa*. A cada passo Jesus fala desta maneira: “Ele vos ensinará todas as coisas”; “Ele me glorificará”. Personalidade está implicada no título “Paracleto”, o qual, em algumas versões, é traduzido impropriamente “Confortador”. A palavra significa “um que é chamado para ficar ao nosso lado, especialmente em ocasiões de dificuldade e conflito”. É, portanto, a palavra que designa um advogado, e é assim usada a respeito de Jesus mesmo, em 1 João 2:1, onde lemos: “Nós temos um Paracleto (advogado) com o Pai, Jesus Cristo, o justo.” Como, porém, a palavra significa “um que, em qualquer circunstância, pela sua presença, dá força”, ela pode ser traduzida também por Ajudador, Consolador, Encorajador. Ela designa alguém que, em comunhão conosco, nos sustenta no dever e nos conforta na tristeza. Mas, à vista da ênfase com que Jesus representa o Paracleto tomando parte com os discípulos na luta contra um mundo hostil, ela pode bem ser traduzida ainda por Socorredor e Campeão. Na antevisão que Jesus nos dá, tão distintamente, da hostilidade do mundo, em João 15:18-17:11, e no conflito contra o mundo, e no testemunho que os seus discípulos teriam de dar, o Paracleto surge como um Campeão, cuja intervenção na luta seria decisiva. “Quando o Paracleto vier ... dará testemunho de mim”. “Quando ele vier, convencerá o mundo de pecado, de justiça e de Juízo; de pecado, porque não crêem em mim; de justiça, porque vou para o Pai, e não me vereis mais; de juízo, porque o príncipe deste mundo está julgado.” (João 16:8-11). A intervenção do Paracleto é “robusta e enérgica”; é mais do que animar e confortar. Está implicada também, no ensino de Jesus, que o outro Paracleto é uma *pessoa divina*. Jesus não poderia dizer que era melhor que Ele fosse, se o seu substituto fosse menos do que divino. Nem poderia ter dito que “ao que disser alguma palavra contra o Filho do Homem, isso lhe será perdoado; porém, ao que falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro” (Mat. 12:32). Também não poderia ter juntado “o Pai, o



Filho e o Espírito Santo”, como o faz na fórmula do batismo (Mat. 28:19), se todos os três não fossem divinos.⁶⁶

Creemos, portanto, que a interpretação de James Robertson sobre o *parákletos* no Evangelho de João como o Espírito Santo é bem mais coerente com o contexto bíblico do que a teoria de uma mera emanção de Cristo, proposta por Nicotra (p. 79).

O trono do Espírito Santo

Um dos argumentos mais comuns contra a doutrina da Trindade é a alegação de que o livro do Apocalipse não apresenta qualquer alusão a um “trono” do Espírito Santo. Nicotra chega mesmo a desafiar: “O livro do Apocalipse menciona apenas o trono de Deus e do Cordeiro [Ap 22:1, 3]. Onde está o trono do Espírito Santo?” (p. 34-35). Aqui Nicotra parece se valer mais uma vez de um “silogismo grego” semelhante aos que ele condena nas p. 100-101 do seu livro. Desta vez, o argumento básico seria o seguinte: *Premissa A*: Todas as pessoas da Divindade devem ocupar um lugar no trono do universo. *Premissa B*: O Espírito Santo não é mencionado como estando nesse trono. *Conclusão*: Logo, o Espírito Santo não é uma pessoa.

As Escrituras mencionam o “trono” de Deus existente nas cortes celestiais tanto no singular (Sl 9:7; Ap 4:2; 22:1, 3; etc.) como no plural (Dn 7:9). Um breve estudo do uso bíblico desse termo é suficiente para esclarecer que ele indica não apenas soberania e majestade (Sl 45:6; Is 6:1-4; etc.) como também julgamento (Sl 9:7, 8; Dn 7:9, 10; etc.). Ellen White descreve o início do juízo investigativo pré-advento em 1844 como envolvendo um deslocamento tanto do Pai quanto do Filho de sobre o trono do Lugar Santo para outro trono no Lugar Santíssimo do santuário celestial (cf. Dn 7:9-14).⁶⁷ Portanto, independente da ocasião e das circunstâncias envolvidas, a expressão “trono”, quando usada em relação a Deus, possui geralmente uma conotação mais funcional do que essencial.

É interessante observarmos que Cristo exerce ao mesmo tempo os ofícios sacerdotal e real em Seu trono. Já em Zacarias 6:13 encontramos a seguinte profecia messiânica: “Ele mesmo edificará o templo do Senhor e será revestido de glória; assentar-se-á no seu trono, e dominará, e será sacerdote no seu trono; e reinará perfeita união entre ambos os ofícios”. Como rei, Cristo exerce também a função de juiz. Em João 5:22 é dito: “E o Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo julgamento”. Portanto, é plenamente evidente que Cristo deva compartilhar com o Pai o trono do universo.

O Espírito Santo, por Sua vez, exerce funções diferentes nos planos divinos. Entre elas estão as de representar a Deus no universo (Sl 139:7-12), convencer os seres humanos “do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16:8), glorificar a Cristo (Jo 16:14), derramar “o amor de Deus” no coração dos crentes (Rm 5:5), edificar internamente a igreja (1Co 12) e capacitá-la para o testemunho (At 1:8). Mesmo depois da final erradicação do pecado, o Espírito Santo continuará exercendo a função de Mantenedor do universo (cf. Gn 1:2). Não é de surpreender, por conseguinte, que Ele não seja mencionado como soberano ou juiz sobre o trono do universo.

Na Bíblia encontramos vários textos que mencionam ao mesmo tempo o Pai, o Filho e o Espírito Santo (ver Is 48:16; Mt 28:19; Lc 3:21, 22; 2Co 13:13; Tt 3:4-7; etc.). Embora o Espírito Santo não seja mencionado explicitamente em Apocalipse 22:1 e 3 com o Pai e o Filho sobre o trono do universo, esse fato jamais deveria ser usado para invalidar os demais textos bíblicos que mencionam o Espírito Santo como exercendo funções distintas do Pai e do Filho.



A autenticidade de Mateus 28:19

Muito já foi dito acima sobre a expressão “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” de Mateus 28:19. Mas cremos que ainda seria conveniente transcreevermos o seguinte comentário de R. V. G. Tasker sobre esse assunto:

Afirma-se muitas vezes que as palavras *em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo* não são as *ipsissima verba* de Jesus, mas, ou são palavras do evangelista postas em sua boca, ou um acréscimo litúrgico posterior. Argumenta-se que nos lábios de Jesus elas seriam um anacronismo; que a igreja primitiva na verdade não as empregou como fórmula batismal até o século segundo; e que Eusébio de Cesaréia, ao citar esta passagem, muitas vezes omite ou altera estas palavras. Por outro lado, as palavras se acham em todos os MSS existentes; e é difícil ver por que o evangelista as teria inserido se na ocasião em que estava escrevendo não faziam parte da liturgia da igreja. Também é difícil supor que, se Eusébio tivesse realmente sabido de MSS que omitiam estas palavras, não sobrevivesse algum traço da influência destes MSS na tradição textual. Ademais, bem pode ser que a verdadeira explicação por que a igreja primitiva não ministrou logo o batismo no nome tríplice seja que as palavras de 28:19 não foram ditas originalmente por nosso Senhor com a intenção de serem uma fórmula batismal. Ele não estava dando instruções sobre as palavras a serem de fato usadas no ofício do batismo, mas, como já se sugeriu, estava indicando que, pelo batismo, a pessoa batizada passaria a ser possessão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Há boa evidência de que o idiotismo grego, *eis to onoma* (“para dentro do nome”, não “no nome”) poderia comunicar este significado. Além disso, parece que o batismo que o Cristo ressurreto está aqui ensinando os seus discípulos a praticarem não era uma simples restauração do batismo de João para arrependimento, nem a continuação do batismo praticado por Ele e seus discípulos antes, no seu ministério. Era essencialmente o *novo* sacramento, pelo qual homens e mulheres haviam de submeter-se à influência do Trino Deus para serem usados em seu serviço. As palavras, *em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo* são, pois, enfáticas e essenciais ao texto. Sem elas, a referência ao batismo seria indeterminada e convencional.

Tampouco o fato de ser um tanto surpreendente ver as três Pessoas da Trindade mencionadas por Jesus é um insuperável argumento contra a historicidade das palavras. Ele falara constantemente do “Pai”; em [Mateus] 11.27 e em 24.36, e muitas vezes no quarto evangelho, Ele é apresentado falando de Si como “o Filho”; e muitas vezes fizera referência ao “Espírito” que seria “o outro Consolador” quando findasse o seu ministério terreno. Quão, natural, é pois, que em sua comissão final a seus discípulos, desse, nas palavras de Swete, “um magnífico sumário de todo o seu disperso ensino sobre o Pai, o Espírito, e as suas próprias relações com ambos ... não o dando como um dogma a ser pregado, mas comunicando uma vida de comunhão, de consagração, de divina plenitude e poder!” E quão estreitamente esta “comunicação” se liga às fortalecedoras palavras com que o evangelho termina! O Cristo ressurreto garante aos seus seguidores, no que Levertoff chama de “a maior conclusão que qualquer livro poderia ter”, que, o que quer que o futuro lhes reserve[,] Ele estará com eles no Espírito que lhes enviará da parte do Pai, *sempre, até o fim do mundo* (VA), isto é, conforme o significado do grego, *heos tes sunteleias tou aionos*, “até à consumação da era presente” (RA: *até à consumação do século*), quando terá início a nova era, inaugurada pelo retorno do Senhor em glória.⁶⁸

As considerações anteriores confirmam nossa convicção de que (1) Deus preservou a Bíblia em suas línguas originais, evitando que nela fossem acrescentadas quaisquer interpolações heréticas; (2) a natureza do Espírito Santo é um mistério que pode ser entendido apenas até onde Deus julgou conveniente revelar nas Escrituras; (3) a teoria da Trindade é parcial e não corresponde à revelação bíblica de Deus como uma Tri-idade; (4) Deus o Filho é co-eterno com o Pai, jamais tendo um início, mesmo antes do tempo ou da eternidade; (5) o Espírito Santo é uma Pessoa e não meramente uma emanção despersonalizada de Deus; (6) o *parákletos* divino no Evangelho de João é o Espírito Santo, e não Cristo, como em 1 João 2:1; (7) a palavra “trono” na Bíblia possui uma conotação funcional que jamais deveria ser usada para



negar a existência do Espírito Santo como um Ser distinto do Pai e do Filho; e (8) a expressão “batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo” em Mateus 28:19 deve ser considerada como autêntica, e seu conteúdo, como um resumo adequado dos próprios ensinamentos de Cristo.

Considerações finais

O presente artigo fornece uma análise crítica das idéias e conceitos básicos de “*Eu e o Pai Somos Um*”. Mesmo em face de tudo o que foi dito, é bem provável que os antitrinitarianos simplesmente desconheçam todos os argumentos acima apresentados, e busquem questões não abordadas no presente estudo, para dizer que suas idéias não foram respondidas a contento. Não é de surpreender também que rotulações e ataques pessoais sejam usados como um mecanismo de autodefesa, na tentativa de neutralizar o conteúdo deste artigo. Sugerimos, porém, que o leitor jamais permita que recursos retóricos ofusquem a objetividade de uma clara análise conceitual do texto bíblico, comparando e contrastando o conteúdo do livro “*Eu e o Pai Somos Um*” com a presente análise crítica. Cada cristão deveria seguir o exemplo dos bereanos, que examinavam “as Escrituras todos os dias para ver se as coisas eram, de fato, assim” (At 17:11).

A compreensão da natureza de Deus em geral, e do Espírito Santo em particular, é demasiadamente importante e sagrada para alimentarmos idéias especulativas a respeito. Nicotra asseverou, de forma pertinente, que “blasfemar contra o Espírito Santo é desprezar as inúmeras evidências bíblicas sobre sua obra e natureza. É se agarrar a conceitos pré-estabelecidos desprezando a luz que emana da Palavra de Deus” (p. 67). Nicotra poderia ter evitado muitos constrangimentos desnecessários, houvesse ele tão somente colocado em prática em “*Eu e o Pai Somos Um*” esse sábio conselho. Sua maior falha foi, sem dúvida, aventurar-se em estudos demasiadamente profundos para a lógica humana (ver Rm 11:33), sem princípios hermenêuticos suficientemente sólidos, e sem aplicá-los de modo consistente.

Creemos que a doutrina da Trindade possui um sólido fundamento bíblico, e que Joroslav Pelikan está correto em afirmar que essa doutrina “foi apenas confirmada, e não inventada, em Nicéia”.⁶⁹ Algumas pessoas podem descrever da personalidade do Espírito Santo e até mesmo negar a Sua existência como um Ser distinto do Pai e do Filho. Mas para os adventistas do sétimo dia a aceitação do Espírito Santo como uma “pessoa divina” é uma questão de fidelidade ao texto inspirado.⁷⁰ Num momento em que a igreja mais precisa do poder do Espírito Santo para finalizar a pregação do “evangelho eterno” no mundo (Ap 14:6), não podemos permitir que pessoas dividam as comunidades adventistas com idéias espúrias sobre a natureza e obra do Espírito Santo.

Referências:

1. O conteúdo da presente resenha crítica reflete idéias compartilhadas por uma comissão avaliadora composta pelos seguintes professores do Curso de Teologia do Unasp, Campus Engenheiro Coelho: Alberto R. Timm (relator), Amin A. Rodor, Emilson dos Reis, José Carlos Ramos, José Miranda Rocha, Natanael B. P. Moraes, Reinaldo W. Siqueira, Rodrigo P. Silva, Ruben Aguilar dos Santos e Wilson L. Paroschi.
2. Douglas S. Huffman e Eric L. Johnson, eds., *God under Fire: Modern Scholarship Reinvents God* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2002).
3. Para um estudo mais detalhado do antitrinitarianismo dos pioneiros adventistas, ver Woodrow Whidden, Jerry Moon e John W. Reeve, *A Trindade: como entender os mistérios da pessoa de Deus na Bíblia e na história do cristianismo* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003), 217-230.
4. Alberto R. Timm, “A History of Seventh-day Adventist Views of Biblical and Prophetic Inspiration (1844-2000)”, *Journal of the Adventist Theological Society* 10/1-2 (1999): 486-499.



5. Woodrow Whidden, Jerry Moon e John W. Reeve, *The Trinity: Understanding God's Love, His Plan of Salvation, and Christian Relationships* (Hagerstown, MD: Review and Herald, 2002).
6. Whidden, Moon e Reeve, *A Trindade*.
7. Ricardo Nicotra, "Eu e o Pai Somos Um". *E o Espírito Santo? Não faz parte da Trindade?*, 2ª ed. (São Paulo: Ministério Bíblico Cristão, 2004).
8. As informações biográficas e históricas contidas no subtítulo "Antecedentes históricos" foram fornecidas por Fabiano Ramos Medes, aluno do 3º ano do Curso de Teologia do Unasp – Campus Engenheiro Coelho, com base em entrevista pessoal por ele realizada com Ricardo Nicotra no dia 5 de setembro de 2005, em São Paulo, SP.
9. *Livro de Praxes da Divisão Sul-Americana* (Brasília, DF: Divisão Sul-Americana, 1993).
10. Ver Lewis R. Walton, *Ômega* (São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, s.d.), 5-65; idem, *Omega II: God's Church at the Brink* (Glennville, CA: Lewis R. Walton, 1995), 5-120.
11. Ellen G. White, *Mensagens Escolhidas*, 2ª ed. (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985), 1:193-208.
12. Legislação Brasileira, *Código de Processo Penal*, 42ª ed. (São Paulo: Saraiva, 2002).
13. Hugh Chisholm, ed., *The Encyclopaedia Britannica*, 11ª ed., 29 vols. (Nova York: Encyclopaedia Britannica, 1910).
14. Maurice A. Canney, *An Encyclopaedia of Religions* (Londres e Nova York: G. Routledge & Sons / E. P. Dutton & Co., 1921).
15. Frank M. Colby e Talcott Williams, eds., *The New International Encyclopaedia*, 2ª ed., 24 vols. (Nova York: Dodd, Mead and Co., 1917).
16. James Hastings, ed., *Encyclopaedia of Religion and Ethics*, 12 vols. (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1922).
17. *A Bíblia de Jerusalém* (São Paulo: Paulinas, 1981).
18. Hollenberg e Budde, *Gramática Elementar da Língua Hebraica*, 5ª ed. (São Leopoldo, RS: Sinodal, 1985).
19. *Wikipedia: The Free Encyclopedia*, em <http://en.wikipedia.org>.
20. *Catecismo do Católico de Hoje*, 28ª ed. (Aparecida, SP: Editora Santuário, 2002).
21. Alejandro Bullón, *O Terceiro Milênio e as Profecias do Apocalipse: como viver sem medo do futuro* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1998).
22. Uma clássica exposição antitrinitariana das alusões de Eusébio de Cesaréia a Mateus 28:19 foi provida por Fred. C. Conybeare, "The Eusebian form of the Text Matth. 28, 19," *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft und die Kunde des Urchristentums* (1901): 275-288.
23. Ver, por exemplo, Augustus H. Strong, *Systematic Theology* (Valley Forge, PA: Judson Press, 1907), 243-352; Charles Hodge, *Systematic Theology* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1995), 1:366-534; Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1958), 19-99; Millard J. Erickson, *Christian Theology* (Grand Rapids, MI: Baker, 1985), 261-342; Gordon R. Lewis e Bruce A. Demarest, *Integrative Theology* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1987), 1:175-289; Wayne Grudem, *Systematic Theology: An Introduction to Biblical Doctrine* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1994), 139-261; Alister E. McGrath, *Christian Theology: An Introduction* (Oxford: Blackwell, 1994), 205-308.
24. Ver, por exemplo, Herman Bavinck, *The Doctrine of God* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1979); Millard J. Erickson, *God in Three Persons: A Contemporary Interpretation of the Trinity* (Grand Rapids, MI: Baker, 1995); idem, *Making Sense of the Trinity: 3 Crucial Questions* (Grand Rapids, MI: Baker, 2000).
25. *Nisto Cremos: 27 ensinamentos bíblicos dos adventistas do sétimo dia* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1989), 31-98.
26. Fernando L. Canale, "Doctrine of God", in Raoul Dederen, ed., *Handbook of Seventh-day Adventist Theology*, Commentary Reference Series, vol. 12 (Hagerstown, MD: Review and Herald, 2000), 105-159.
27. Max Hatton, *Understanding the Trinity* (Alma Park Grantham, Lincolnshire, Inglaterra: Autumn House, 2001).
28. Whidden, Moon e Reeve, *Trindade*.



29. Alusões às declarações desses autores, confirmando a autenticidade de Mateus 28:19, podem ser encontradas em José Carlos Ramos, “Mateus 28:19 – falso ou autêntico?”, *Revista Adventista* (Brasil), maio de 2005, 10-11; Rodrigo P. Silva, “Trindade: um dogma de Constantino?” *Revista Adventista* (Brasil), julho de 2005, 14-16.
30. A noção de que o Credo de Cesaréia, escrito por Eusébio, tenha servido de base para a elaboração do Credo Niceno é contestada por J. N. D. Kelly em sua obra *Early Christian Creeds*, 3ª ed. (Harlow, Inglaterra: Longman, 1972), 181-230. De acordo com Kelley, o Credo de Cesaréia é autêntico e foi escrito, provavelmente com a “terminação mais longa”, por Eusébio (ibid., 182), e apresentado por ele diante do Concílio de Nicéia com o propósito de “livrar-se das nódoas de heresia [ariana] e obter, desta forma, sua reabilitação teológica” (ibid., 226). Ver também Jaroslav Pelikan, *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine* (Chicago: University of Chicago Press, 1971), 1:201-202.
31. Philip Schaff, ed., *The Creeds of Christendom* (Grand Rapids, MI: Baker, 1990), 2:29-30.
32. Ellen G. White, *O Grande Conflito entre Cristo e Satanás*, 41ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2001), 574. Philip Schaff, em sua *History of the Christian Church* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1910), 2:866, também qualifica o bispo Eusébio de Cesaréia de “amigo e elogiadador” do imperador Constantino.
33. Eusébio de Cesaréia, *A Vida de Constantino*, I, IV. Tradução baseada em *NPNF*, 2ª série, 1:482.
34. Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire* (Nova York: Modern Library, s.d.), 1:683, 693; E. Venables, “Eusebius of Caesarea”, in Henry Wace e William C. Piercy, eds., *A Dictionary of Christian Biography* (Peabody, MA: Hendrickson, 1994), 318-319; Arthur C. McGiffert, *A History of Christian Thought* (Nova York: Charles Scribner’s Sons, 1954), 258-275; Bernhard Lohse, *A Short History of Christian Doctrine*, ed. Americana rev. (Philadelphia: Fortress, 1985), 53.
35. Benjamin J. Hubbard, *The Matthean Redaction of a Primitive Apostolic Commissioning: An Exegesis of Matthew 28:16-20*, SBL Dissertation Series 19 (Missoula, MT: Scholars’ Press, 1974), 175.
36. No CD-ROM *The Complete Published Ellen G. White Writings* (versão 3.0) aparece 168 vezes a expressão “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”, levando-se em consideração as variantes “Holy Spirit” e “Holy Ghost”. Se essa expressão fosse uma interpolação herética, como alegam alguns, cremos que Ellen White não a teria repetido tantas vezes em seus escritos publicados.
37. Cf. Bernhard Lohse, *A Short History of Christian Doctrine*, ed. Americana rev. (Philadelphia: Fortress, 1985), 52: “A confissão de Nicéia não deve ser confundida com a confissão que hoje nos cultos é freqüentemente chamada de Credo Niceno. Em realidade, este último deveria ser designado como Credo Niceno-Constantinopolitano (381).”
38. Ver Nestle-Aland, eds., *Greek-English New Testament – Editio XXVII*, 8ª ed. rev. (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994), 87 (em grego).
39. Strong, *Systematic Theology*, 7.
40. Para um estudo mais minucioso do termo hebraico *ruach*, ver J. Barton Payne, “*ruah*”, em R. Laird Harris, ed., *Theological Wordbook of the Old Testament* (Chicago: Moody, 1980), 2:836-837; Tengström e Fabry, “*ruah*”, em G. Johannes Botterweck, Helmer Ringgren e Heinz-Josef Fabry, *Theological Dictionary of the Old Testament* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2004), 13:365-402.
41. Para um estudo mais detido do termo grego *pneuma*, ver Gerhard Friedrich, ed., *Theological Dictionary of the New Testament* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1968), 6:332-455; E. Kamlah e J. D. G. Dunn, “Espírito, Espírito Santo”, Colin Brown, ed., *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento* (São Paulo: Vida Nova, 1982), 2:122-149.
42. Ver referências bibliográficas 23-28, acima.
43. Ver, por exemplo, Ellen G. White, *Evangelismo*, 3ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1997), 613-617; idem, *O Desejado de Todas as Nações*, 22ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003), 671; comentários de E. G. White em *Seventh-day Adventist Bible Commentary*, ed. rev. (Washington, DC: Review and Herald, 1980), 6:1074. Para um estudo mais detido do assunto, ver Whidden, Moon e Reeve, *A Trindade*, 231-261.
44. E. G. White, *Evangelismo*, 617.
45. Eusébio de Cesaréia, *História eclesiástica*, III, XXXIX, 16. Tradução baseada em *NPNF*, 2ª série, 1:173.
46. Donald A. Hagner, *Matthew 1-13*, World Biblical Commentary, vol. 33A (Dallas, TX: Word, 1993), xiv.



47. *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas* (Brooklyn, Nova York: Watchtower Bible and Tract Society, 1967), 1052.
48. Ver Ellen G. White, *Spiritual Gifts*, [vol. 1] – “The Great Controversy, between Christ and His Angels, and Satan and His Angels” (Battle Creek, MI: James White, 1858), 103-119; republicado em português em idem, *Primeiros Escritos*, 6ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1999), 210-222.
49. Ver Ellen G. White, *The Spirit of Prophecy*, vol. 4 – “The Great Controversy between Christ and Satan from the Destruction of Jerusalem to the End of the Controversy” (Oakland, CA: Pacific Press, 1984), 39-65; republicado parcialmente em português em idem, *História da Redenção*, 9ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2002), 320-334.
50. Ver Ellen G. White, *The Great Controversy between Christ and Satan during the Christian Dispensation* (Oakland, CA: Pacific Press, 1888), 49-60; idem, *The Great Controversy between Christ and Satan: The Conflict of the Ages in the Christian Dispensation* (Washington, DC: Review & Herald, 1911), 49-60; publicado em português como *O grande conflito*, 49-60.
51. Quanto é do nosso conhecimento, o pastor Enoch de Oliveira foi o único adventista brasileiro a receber o título honorífico de “Doutor em Divindade”, que lhe foi conferido pela Andrews University (Joel Sarli, “Andrews University confere ao Pastor Enoch de Oliveira o título honorífico de Doutor em Divindade”, *O Ministério Adventista* (Brasil), novembro-dezembro de 1975, 14-15). O pastor João Wolff recebeu o título de “Doutor *Honoris Causa*” da Southwestern Adventist University (“Universidade americana outorga título ao Pastor Wolff”, *Revista Adventista* (Brasil), junho de 1993, 14).
52. Bernard Ramm, *Protestant Biblical Interpretation: A Textbook of Hermeneutics*, 3ª ed., rev. (Grand Rapids, MI: Baker, 1970), 37.
53. E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, 671.
54. W[alter] S[chubert], “Caixa de perguntas”, *O Pregador Adventista*, janeiro-fevereiro de 1949, 22-23.
55. Francis D. Nichol, ed., *The Seventh-day Adventist Bible Commentary* (Washington, DC: Review and Herald, 1957), 7:675.
56. Pedro Apolinário, *Estudo de passagens com problemas de interpretação* (São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, 1986), 302; ver também p. 302-307.
57. CD-ROM *The Complete Published Ellen G. White Writings* (versão 3.0).
58. Ver nota 36, acima.
59. Ellen G. White, *Testimonies for the Church* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1948), 5:171.
60. Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, 8ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1999), 52.
61. Cf. E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, 114: “Quando Jesus foi levado ao deserto para ser tentado, foi levado pelo Espírito de Deus. Não convidou a tentação.”
62. E. G. White, *Evangelismo*, 616.
63. Leon Morris, *The Gospel According to John*, *The New International Commentary on the New Testament* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1971), 105, n. 93.
64. E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, 530.
65. Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, e Francisco Manoel de Mello Franco, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª reimpressão com alterações (Rio de Janeiro: Objetiva, 2004), 1114 (“emanação”).
66. James Robertson, *Ensinos de Jesus* (São Paulo: União Cultural, s.d.), 146-147.
67. Ver E. G. White, *Primeiros Escritos*, 54-56, 92-93.
68. R. V. G. Tasker, *Evangelho Segundo Mateus: introdução e comentário* (São Paulo: Vida Nova / Mundo Cristão, 1980), 218-219.
69. Jaroslav Pelikan, *The Vindication of Tradition* (New Haven: Yale University Press, 1984), 27.
70. Ver E. G. White, *Evangelismo*, 613-617.

Fonte: *Parousia*, ano 4, nº 2 (2º semestre de 2005), p. 69-93. Usado com permissão.

